



Mestre João de Paz e Maestre Juan Faraz¹

Um Reflexo de Dois Espelhos com a mesma Face

Carlos Manuel Valentim

Cátedra de Estudos Sefarditas «Alberto Benveniste»

Escola Naval

A historiografia portuguesa ainda carece de uma obra, de um estudo de fundo, de uma investigação sistemática, que problematize, que aborde e estude de forma crítica e sustentada o papel social, no tocante aos aspectos económicos e financeiros, culturais, técnicos e científicos, de judeus e cristãos-novos nos Descobrimentos e na Expansão portuguesa nos séculos XV e XVI. Quais foram os seus contributos? Que papel tiveram as judiarias na organização e “exportação”, para o resto da sociedade, de um saber técnico que lhes era familiar? E, após as conversões em massa dos judeus em finais do século XV, por vontade própria ou coercivamente, que papel ficou reservado aos cristãos-novos nas navegações portuguesas? Como era produzido esse saber? De que forma aproveitou o poder e as elites sociais essa sabedoria técnica e letrada?

Eis algumas questões que continuam em suspenso, e que espelham de certa forma o muito pouco que ainda se sabe sobre a presença de judeus e cristãos-novos na sociedade portuguesa ao longo

¹ Com ligeiras alterações, correcções e aditamentos, este estudo constitui uma das partes do Capítulo I da Dissertação de Mestrado, com o título “Uma Família de Cristãos-Novos do Entre Douro: Os Paz. Reprodução Familiar, Formas de Mobilidade Social e Poder (1495-1598), sob a Orientação científica do Sr. Professor Doutor A. A. Marques de Almeida, que apresentei à Faculdade de Letras da Universidade de Lisboa, em 2007. À *Cátedra de Estudos Sefarditas «Alberto Benveniste»*, na pessoa do Sr. Professor Marques de Almeida, o meu sincero agradecimento, pelo apoio e incentivo que em muitas ocasiões, e não foram poucas, usufruí.





CARLOS MANUEL VALENTIM

dos séculos XV e XVI, apesar do grande esforço de renovação historiográfica a que temos assistido na última década².

O estudo que se segue tem como objecto de análise duas figuras sefarditas que estiveram ligadas às navegações portuguesas. Duas personagens que se cruzem e se fundem, que se entrelaçam e intersectam, mais parecendo em muitos momentos uma «só», porque afinal o reflexo que emitem, é um «só» – o contributo sefardita para a abertura planetária.

Na Biblioteca da Ajuda encontra-se um códice com a cota 50-V-19, contendo dois manuscritos³: uma cópia do século XVI da “Tragédia de la Insigne Reina D. Isabel”; e uma tradução do latim para castelhano, permeado de vocábulos e expressões aportuguesadas, do *De Situ Orbis* da autoria de Pompónio Mela⁴. O autor desta tradução está claramente identificado no frontispício do manuscrito: *Maestre Joan Faras, bachiler em artes e medeçina, fisico sororgiano dell muj alto Rey de Purtugall Dom Manuell*⁵. A data exacta em que foi efectuada a tradução não se encontra definida. Tudo indica, porém, tendo em conta a referência a D. Manuel I e o tipo de letra do ma-

² De que o trabalho de investigação e divulgação da Cátedra de Estudos Sefarditas «Alberto Benveniste» é um exemplo a reter. Registe-se, ainda, em particular, entre outros, os contributos dos Professores Borges Coelho, Maria José Pimenta Ferro Tavares, Maria Elvira Mea, e, no tocante aos aspectos económicos e financeiros, do Professor A.A. Marques de Almeida. Por outro lado, aguarda-se com expectativa a edição dos dicionários: **Dicionário Histórico dos Sefarditas Portugueses (Mercadores e gente de Trato)** com direcção científica do Professor Marques de Almeida; e o Dicionário do Judaísmo Português.

³ Este códice foi noticiado em primeira-mão por SOUSA VITERBO, *Trabalhos Náuticos dos Portugueses, séculos XV e XVI*, reprodução fac-similada de 1898, com apresentação de José Manuel García, Lisboa, I.N. – C.M., 1988, pp. 673-674; e, anos mais tarde, por CAROLINA MICHAELIS DE VASCONCELOS, *“Tragédia de la insigne Reina Doña Isabel, 2.ª Ed.*, Coimbra, Imprensa da Universidade, 1922, p. 14.

⁴ A tradução da obra de Pompónio Mela encontra-se entre os fls. 2 e 41. B.A. [Biblioteca da Ajuda], *Códice 50-V-19*.

⁵ Biblioteca da Ajuda, *ibidem*, fl. 2.

⁶ A tradução pode ser uma cópia do original, no entanto, até ao momento, não existem nenhuma certeza que assim seja.



nuscrito, que o texto foi traduzido em finais do século XV⁶. Joaquim Barradas de Carvalho identificou, nas margens do códice, para cima de cento e cinquenta notas, elaboradas pelo punho de Duarte Pacheco Pereira, que da tradução da obra de Pompónio Mela se serviu amiúde, utilizando-a como uma das principais fontes para escrever o *Esmeraldo de Situ Orbis*⁷.

Autores como Sousa Viterbo⁸, Joaquim Bensaúde⁹, Carlos Malheiros Dias¹⁰, Frazão de Vasconcelos¹¹, Fontoura da Costa¹² e Joaquim Barradas de Carvalho¹³, dedicaram parte do seu labor a inquirir a “verdadeira” identidade de *Maestre Joan Faras*. As deduções destes investigadores convergiram para um consenso que se tornou reinante na historiografia portuguesa¹⁴: o autor da tradução do latim para um castelhano repleto de portuguesismos do *De Situ Orbis* é o mesmo autor que expediu, em 1 de Maio 1500, uma carta para

⁷ Texto redigido entre 1505 e 1508. Veja-se JOAQUIM BARRADAS DE CARVALHO, *La Traduction Espagnole du «De Situ Orbis» de Pomponius Mela par Maître Joan Faras et les notes marginales de Duarte Pacheco Pereira*, Lisboa, J.I.U.-C.E.C.A. [Junta de Investigações do Ultramar – Centro de Estudos de cartografia Antiga], 1974, pp.31-58.

⁸ Veja-se SOUSA VITERBO, *Trabalhos Náuticos dos Portugueses, séculos XV e XVI*, reprodução fac-similada de 1898, com apresentação de José Manuel Garcia, Lisboa, I.N.- C.M., 1988, p. 204.

⁹ JOAQUIM BENSAÚDE, *Les légendes allemandes sur l'histoire des découvertes maritimes portugaises*, Genève, 1917-1922, p. 71.

¹⁰ CARLOS MALHEIROS DIAS, “A Semana de Vera Cruz”, *História da Colonização Portuguesa do Brasil*, Porto, Litografia Nacional, 1923, p. 100.

¹¹ FRAZÃO DE VASCONCELOS, “Um documento inédito que importa à História dos Descobrimentos”, *Petrus Nonius*, Vol. I, n.º 1-2, Lisboa, 1937, pp. 105-106.

¹² A. FONTOURA DA COSTA, *A Marinharia dos Descobrimentos*, 4.ª Ed., Lisboa, Edições Culturais da Marinha, 1983, p. 121.

¹³ JOAQUIM BARRADAS DE CARVALHO, *Op. cit.*, pp. 25-29.

¹⁴ Abordamos este assunto pela primeira vez nas segundas “Jornadas do Mar”, em Novembro de 2000. Vide CARLOS MANUEL VALENTIM, “Mestre João Faras: um sefardita ao serviço de D. Manuel I”, *Dos Mares de Cabral ao Oceano da Língua Portuguesa*, Actas do Colóquio, Lisboa, Escola Naval, s/dt. [2001], pp. 68-83. Viemos a publicar o estudo noutra local, com alterações mínimas: CARLOS MANUEL VALENTIM, “Mestre João Faras – um sefardita ao serviço de D. Manuel I”, *Cadernos de Estudos Sefarditas N.º 1*, 2001, pp. 167-220.



CARLOS MANUEL VALENTIM

D. Manuel I¹⁵, quando se encontrava a bordo de um dos navios da armada comandada por Pedro Álvares Cabral.

Redigida numa linguagem onde se mistura o castelhano e o português, a célebre missiva, da autoria de *mestre Jobam*, é um testemunho, bastante esclarecedor, dos problemas e das expectativas técnicas e mentais com que o meio náutico português se debatia na viragem do século XV para o XVI¹⁶. Pelo seu conteúdo depreende-se que mestre João ia encarregado de fazer observações astronómicas, mas teria possivelmente outras incumbências, em nosso entender, provavelmente relacionadas com o negócio das especiarias, já que no fim do verso do documento se pode ler: “*de mestre Jobam que vai ha Calecut.*”¹⁷

Os dois únicos testemunhos citados para evidenciar a ligação de *maestre Joan Faras* ao meio náutico português, a tradução do *De Situ Orbis* e a carta enviada a D. Manuel I, foram associados pela forma como o seu autor se identifica: pelo mesmo nome próprio, «mestre

¹⁵ ANTT [Arquivo Nacional da Torre do Tombo], *Corpo Cronológico*, Parte II, maço 2, n.º 2. Este documento foi pela primeira vez publicado em 1843 por F. A. VARNHAGEN, “Carta de Mestre João Physico d’el Rei, para o mesmo Senhor. De Vera Cruz ao 1.º de Maio de 1500”, remetida de Lisboa pelo Socio Correspondente [...]. *Revista Trimestral de Historia e Geografia do Instituto Historico e Geographico Brasileiro*, Tomo Quinto, n.º 19, Outubro de 1843, pp. 342-344. A pequena carta gozou de diversas edições, a última das quais apareceu em 1999: *Os Primeiros 14 Documentos Relativos à Armada de Pedro Álvares Cabral*, Edição de Joaquim Romero Magalhães e Susana Miranda, Lisboa, Comissão Nacional para as Comemorações dos Descobrimientos Portugueses, 1999, Documento 13, pp. 91-93.

¹⁶ A carta é um documento importante, diríamos único, para o estudo da náutica astronómica portuguesa no início do século XVI, pelas questões de cariz técnico que são expostas ao longo do texto. Têm sido vários os investigadores que se debruçaram sobre o seu conteúdo. A carta tem despertado, também, bastante curiosidade e interesse entre os autores brasileiros, pois mestre João fez o primeiro esboço, que se conhece, da constelação do Cruzeiro do Sul. Veja-se o último estudo, do ponto vista astronómico: RONALDO ROGÉRIO DE FREITAS MOURÃO, *O Céu dos Navegantes. Astronomia na Época das Descobertas*, Lisboa, Pergaminho, 2000, p. 145 e ss. Nesta obra, mestre João é denominado em algumas passagens por “piloto” (p.145, por exemplo), o que não nos parece ser o termo mais correcto aplicado ao astrólogo.

¹⁷ Esta frase aparece-nos no fim do diploma.



João»; pelo mesmo grau académico, «bacharel em Artes e Medicina»; pela dificuldade com que escreve e se expressa em português; pelo cargo que ocupa, «físico e cirurgião de D. Manuel». Nada de mais significativo se encontrou. Não seria provável, na opinião dos primeiros estudiosos que se abalçaram no estudo desta figura, que coexistissem no mesmo reinado dois bacharéis em Artes e Medicina, dedicando-se em simultâneo ao estudo da cosmografia¹⁸. Posição esta que veio a ser reforçada pelo comandante Fontoura da Costa. Acentuou o autor da *Marinaria dos Descobrimentos*: haveria muita coincidência, se existissem em Portugal, por volta de 1500, dois bacharéis em Artes e Medicina, exercendo a mesma actividade, físicos e cirurgiões de D. Manuel I, exibindo o mesmo nome e “*ambos astrólogos e escrevendo em espanhol*”¹⁹.

É pela forma como está escrita a carta, e pelo vocabulário utilizado na tradução do “De Situ Orbis” de Pompónio Mela, como se referiu em passo anterior, – muito embora as diferenças dos dois documentos, na grafia, na fonética e na morfologia sejam significativas²⁰ – que a origem espanhola de mestre João é apontada sem discussão²¹. Estaremos em presença de um único e mesmo autor?

¹⁸ CARLOS MALHEIROS DIAS, “A Semana de Vera Cruz”, *Op. cit.*, p. 100. Este autor reforçava os seus argumentos, de que seria uma só pessoa, com o facto de os «dois bacharéis» serem oriundos da Galiza. A sua asserção, quanto à proveniência regional de mestre João, derivava certamente da forma como a tradução do De Situ Orbis e a linguagem inscrita na carta se apresentavam. Vide *Op. cit. loc. cit.*

¹⁹ Conclusão de A. FONTOURA DA COSTA, *Op. cit.*, p. 121.

²⁰ O professor Juan Gil sugere que a tradução da obra de Pompónio Mela é uma cópia do original, que foi sujeita a um “barniz lusista”. Vide JUAN GIL, “El maestre Juan Faraz: la Clave de un Enigma”, *As Novidades do Mundo. Conhecimento e representação na Época Moderna. Actas das VIII Jornadas de História Ibero-Americana/ e XI Reunião Internacional de História da Náutica e da Hidrografia.*, coord. Maria da Graça A. Mateus Ventura e Luís Jorge R. Semedo Matos, Lisboa, Edições Colibri, 2003, pp. 287-312, p. 290. Este artigo, que aqui iremos fazer referência amiúde, aparece como resposta ao estudo que publicamos nos *Cadernos de Estudos Sefarditas*, sobre mestre João Faraz, e vem no seguimento da publicação de numerosa documentação do arquivo da Inquisição de Sevilha que o autor tem levado a cabo.

²¹ O Professor Joaquim Barradas de Carvalho supôs, de forma hipotética, que o astrólogo fosse “espanhol aragonês”, mas reconheceu o sábio professor serem necessários es-



CARLOS MANUEL VALENTIM

O enigma tem prevalecido. Não nos poderá surpreender que assim seja. Um grande número de influentes autores deixou para a posteridade nada mais que os seus nomes e a sua obra²².

Na última década do século XIX um notável grupo de frequentadores da Torre do Tombo²³, imbuídos de um espírito positivista, vasculhou chancelarias, investigou os arquivos da Inquisição, viu com acuidade o Corpo Cronológico e as “Gavetas” e outros infínitos acervos de documentação, de que foi dando notícia em revistas especializadas, colectâneas documentais ou simplesmente em periódicos diários. Entre esses homens de estudo dois sobressaíram, pela forma como transcreveram e disponibilizaram um vasto “corpo” documental: Anselmo Braamcamp Freire e Francisco de Sousa Viterbo. Por motivos diferentes²⁴, procuraram identificar, numa baliza cronológica que, grosso modo, vai de D. Afonso V a D. João III, todos os mestres com o denominativo de «João». Os resultados foram parcos²⁵ e nada de muito elucidativo ou espectacular revela-

tudos profundos sobre o tipo de linguagem empregue nos textos. Vide Joaquim Barradas Carvalho, *La Traduction Espagnole ...*, p. 20.

²² As fontes contemporâneas são completamente omissas, por exemplo, em relação a autores que marcaram de forma indelével o pensamento científico, como Euclides ou Ptolomeu. Na Idade Média saliente-se o caso paradigmático de Johannes de Sacrobosco, autor de uma das obras que maior difusão teve até ao século XVII – o «Tractatus da Sphaera». Sobre a dificuldade que se enfrenta na investigação de uma figura com estas “características”, Vide OLAF PEDERSON, “In Quest of Sacrobosco”, in *Journal of the History of Astronomy*, XVI (1985), p. 175 e ss. Aqui fica o nosso agradecimento ao Sr. Professor Doutor Henrique Leitão, por nos ter facultado a fotocópia deste estudo.

²³ Vale bem a pena mencionar alguns nomes: Pinto de Carvalho, Costa Lobo, Gama Barros, Ramos Coelho, Aires de Sá, Sousa Monteiro, António José Teixeira, Braamcamp Freire, Guilherme Henriques, Teixeira de Aragão, Teófilo Braga, Sanches de Baena, Cristiano Aires, Brito Rebelo, Francisco de Sousa Viterbo, Luciano Cordeiro. Muitos destes investigadores vieram a publicar importantes colectâneas documentais ou estudos de referência.

²⁴ Anselmo Braamcamp Freire tentava encontrar um “mestre João da Paz” acusado e suspeito, por alguns autores, de ter envenenado D. João II; Sousa Viterbo procurava o “elo” que fizesse a correspondência entre o mestre João, autor da carta a D. Manuel e o mestre João Faras da tradução espanhola do *Situ Orbis*.

²⁵ Francisco de Sousa Viterbo encontrou nos livros da Chancelaria de D. Manuel I um documento, referente ao ano de 1513, que indicava o pagamento de uma tença a um mes-



ram ou acrescentaram ao que já era conhecido. De facto, no livro da matrícula dos moradores da «casa d’el-Rei D.Manuel do primeiro quartel do anno de 1518» não consta nenhum mestre João Faras²⁶, nem sequer qualquer mestre João. Os nomes dos médicos e cirurgiões aí expostos não deixam dúvidas.

NOMES	RENDIMENTO/ MÊS
Mestre Nicolau – Físico	Leitura impossível
Doutor Mestre Afonso – Físico-Mor	2.500 Reis
Doutor João de Faria – Cirurgião-Mor	2.300 Reis
Doutor Diogo Lopes – Físico	2.000 Reis
Mestre Diogo – Físico e Cirurgião	1.600 Reis
Mestre Gil da Costa – Físico	1.500 Reis

Fonte: António Caetano de Sousa, *História Genealógica da Casa Real Portuguesa*, T. II, Iª parte, Coimbra, 1947.

Encontrar-se-ia o astrólogo já falecido, ou estaria ao serviço de outro «grande» senhor, sendo usualmente requisitado quando a coroa entendesse ou necessitasse?

Outra das vertentes a explorar, no sentido de um melhor esclarecimento da questão, seria certamente a observação das cartas de

tre João «estrolico». Veja-se: *Trabalhos Náuticos Portugueses*, Ed. cit. p. 204; J. Frazão de Vasconcelos tentava abrir novas “frentes” e descobrir algo de novo; localizara um “mestre João Alemão”, que trabalhava na tentativa de encontrar um método para medir as longitudes. Ora, como A. Fontoura da Costa concluiria, este mestre João nada tinha a haver com o “nosso” mestre João. Vide J. FRAZÃO DE VASCONCELOS, “Um Documento Inédito que Importa à História da Marinharia dos Descobrimentos”, *Op. cit.*, pp. 107-112, e Cfr. A. Fontoura da Costa, *Op. cit.*, p.121.

²⁶ José Manuel Garcia defende o nome de «Farras» e não «Faras». Vide *As Viagens dos Descobrimentos*, prefácio, organização e notas de [...], Lisboa, Editorial Presença, [s/dt.], pp. 231 e 277.



CARLOS MANUEL VALENTIM

física e cirurgia, pois só o físico-mor e o cirurgião mor – a par dos lentes que regiam uma cadeira de física no estudo de Lisboa – estavam dispensados da prestação de provas²⁷, gozando, dessa forma, de amplo poder a fim de examinarem todos os futuros físicos e cirurgiões²⁸, incluindo os que estavam ao serviço do rei. A carta concedida após a aprovação era o ónus, comprovativo e legal, do exercício da profissão.

Ao insistirmos, novamente, na procura de um «mestre João», partimos da seguinte matriz: quem quer que fosse, passou pelos exames de física e cirurgia²⁹; verificou-se obrigatoriamente as “car-

²⁷ Havendo casos de charlatanismo e muitos “curiosos” a praticar medicina, na segunda metade do século XV, houve necessidade por parte da Coroa de impor regras e estabelecer mais rigor no acesso à profissão. D. Afonso V promulgou uma norma, na qual se consignava que todos os futuros físicos e cirurgiões fossem reexaminados, a fim de serem sujeitos à renovação periódica das respectivas «cartas de exame». As provas seriam prestadas na Corte perante o Físico-mor e Cirurgião-mor, que tinham amplos poderes de deliberação sobre a apreciação técnica do avaliado. Quem exercesse o ofício sem estes pressupostos incorria em prisão, coimas de vária ordem e impedimento de o exercer. Vide: IRIA GONÇALVES, “Físicos e Cirurgiões Quatrocentistas. As cartas de exame”, in *Do Tempo e da História*, I, 1965, pp. 73-74.

²⁸ Os físicos distinguiam-se dos cirurgiões. Estes eram menos considerados socialmente, visto que a sua profissão tinha um carácter eminentemente manual – arte de curar feridas e “bobas”; enquanto os físicos faziam sobretudo o diagnóstico da doença com base na consulta dos astros e da leitura de obras de autores da “tradição”: Avicena, Galeno, Hipócrates. IDEM, *ibidem*, pp. 79-80 e 83. Aos árabes, por via das pujantes comunidades urbanas na Península Ibérica, durante o seu domínio: Córdova, Sevilha, Toledo, se deve a influência da medicina galénica e da “ciência” aristotélica. Era nestes espaços urbanos que os seguidores da lei mosaica se integravam com as elites locais. Serão eles os portadores da medicina arábico-galénica – que influencia as práticas médicas, as terapias e o diagnóstico de doenças – até muito tarde (séc. XVIII). Os médicos hebreus têm uma grande influência nas sociedades ibéricas, precisamente até ao século XVIII. Em Portugal, entre os séculos XVI e XVIII, distinguem-se, entre outros, García de Orta, Amato Lusitano, António Ribeiro Sanches.

²⁹ Excluindo as duas situações citadas (físicos-mor e cirurgiões-mor), que eram em ínfimo número e relativamente fáceis de detectar e identificar. Lembre-se que os cirurgiões e físicos judeus, que se converteram ao cristianismo e permaneceram em Portugal tiveram de confirmar as suas cartas de exame. Muitos dos que exerciam Medicina em Portugal eram de origem judaica.



tas de exame”, depois de apurados os nomes dos físicos e cirurgiões-mor, e o nome dos docentes no Estudo Geral de Lisboa. As balizas cronológicas situaram-se entre o ano de 1473 e o de 1530; a matriz utilizada tomou em linha de conta o nome de «mestre João», o cargo de «físico e cirurgião do rei», o grau académico de «bacharel em artes e medicina», tal como o ano charneira de 1500. Quanto mais próximo desta data, munido parcial ou inteiramente das particularidades mencionadas, mais probabilidades haveria de estarmos perante o famoso astrólogo da armada cabralina.

Para enquadrarmos melhor o estudo, elaborámos uma tabela – baseada nos dados das chancelarias – com sessenta entradas³⁰. O resultado não poderia ser mais surpreendente. De todos os mestres «João» encontrados, um destacava-se. Assim, constatou-se que em 26 de Outubro de 1497 fora confirmada a carta de «físico» a “*Mestre João de Paz, físico e nosso cirurgião, morador em Guimarães*”³¹. E logo em 6 de Agosto de 1499 era certificada a carta de cirurgia a “*Mestre João de Paz, nosso físico e cirurgião, morador em Guimarães*”³². Estávamos diante do único caso, entre as sessenta entradas, para um período bem definido (1473-1530), contendo o termo «mestre João», com datas roçando o ano de 1500, aparecendo «**físico e nosso cirurgião**» no primeiro caso e, de forma ainda mais explícita, no segundo caso, tratando-se do mesmo indivíduo, «**nosso físico e cirurgião**». Os registos tinham a particularidade de não derivarem da pena do astrólogo.

Por outro lado, entre as dezenas de cartas consultadas, dentro da fatia temporal proposta, só se encontrou, singularmente, um “Mestre João de Buetes, **bacharel**, morador na Pederneira”³³ (1513), fazendo-nos pensar que a citação do grau académico, por parte das autoridades administrativas, não era acto normativo, mas

³⁰ Vide quadro com nomes de “mestres” João encontrados nas Chancelarias.

³¹ ANTT *Chancelaria de D. Manuel*, liv^o 30, fl. 22v^o.

³² *Ibidem*, liv^o 14, fl. 55.

³³ *Ibidem*, liv^o 42, fl. 104.



CARLOS MANUEL VALENTIM

sim pontual. Em contrapartida, quem se dirigia ao poder central, ou integrava o seu nome numa determinada obra, manuscrita ou impressa, assentava de forma proeminente o(s)seu(s) grau(s) académico(s).

Muitos problemas continuavam por esclarecer, tornando-se necessário seguir a pista, tão longe quanto possível, proporcionada pela descoberta de um mestre João de Paz .

A historiadora Maria José Pimenta Ferro Tavares incorpora, num dos seus estudos, mestre João de Paz entre os físicos e cirurgiões que se baptizaram e mudaram de nome³⁴, com o intuito de permanecerem em Portugal após a ordem de conversão compulsiva, ou expulsão dos judeus promulgada por D. Manuel em 1497. Estaríamos, neste caso, em presença de um cristão-novo. Martins Bastos, no século XIX, a ele se refere, de facto, na *Nobiliarquia Médica*, socorrendo-se de fontes pouco seguras, maioritariamente nobiliários, dando-o como natural de Mazagão, médico da câmara de D. João II e, por baptismo cristão, seu afilhado³⁵.

Em meados do século XIX, começou a formar-se a ideia, com grande tenacidade, de que o *Príncipe Perfeito* teria sido vítima de assassinato por ingestão de veneno. Até porque era sabido, advindo daí, por certo, as raízes mais profundas desta “lenda”, que quando D. João II faleceu correra o boato no Porto de que os judeus o haviam envenenado. Diante dessas notícias, o novo monarca, D. Manuel I, envia uma carta com data de 27 de Outubro de 1495, assinada em Alcácer do Sal, ao procurador e oficiais da câmara por-

³⁴ MARIA JOSÉ P. F. TAVARES, “Integração ou Expulsão”, in *Judaísmo e Inquisição*, Estudos, Lisboa, Editorial Presença, 1987, p. 46 nota 206. Pela mesma altura havia outro mestre João, mas «da Paz», castelhano, morador em Elvas, que beneficiou da cedência de uma carta de medicina em 23 de Dezembro de 1497. É fácil de o diferenciar do outro mestre João «de Paz» ao serviço do Rei. Este aparece, antes daquela data, já com o título de “físico e cirurgião d’el rei”. Veja-se a Carta de física, ANTT, *Chancelaria de D. Manuel I*, liv^o 28, fl. 81v^o.

³⁵ FRANCISCO A. MARTINS BASTOS, *Nobiliarquia Médica*, Notícia dos Médicos e Cirurgiões da Real Câmara, Lisboa, Imprensa União Typográfica, 1858, p. 28.



tuense, para prevenirem atitudes mais radicais da população contra os judeus, e possíveis distúrbios que pudessem ter lugar na cidade³⁶.

Camilo Castelo-Branco retoma o tema do envenenamento de D. João II, num conjunto de textos em forma de ensaio que publicou em 1882 (*Os Narcóticos*), levantando o dedo acusador contra João de Paz, não se resguardando de esgrimir argumentos que o apontavam homicida do *Príncipe Perfeito*: “*Os chronistas de D. João 2º nunca nomeiam este medico da camara real, quando relatam as doenças do rei. (...); mas o judeu converso de Masagão ou era fallecido ou não era chamado nos lances de maior perigo. Fallecido não era, porque tenbo prova de elle sobreviver quarenta annos a D. João 2º. (...) Mas – curioso reparo! – mestre João da Paz não apparece na lista de physicos de D. Manuel! Ele deu-lhe braço afidalgou-o com cota d’armas, permittiu-lhe que vinculasse os seus bens na provincia d’Entre-Douro-Minbo, mas não lhe quiz dar receitas. (...) porém mestre Paz, que lhe sobreviveu muitos annos, nunca poz mão nas complicadas mixordias da sua botica. É de suppôr que o medico opulentado pelos trinta dinheiros judaicos da perfidia, se retirasse socegradamente às suas quintas do Minbo, onde plantava figueiras em vez de enforcar-se nellas como seu avô Judas Kerioth. Ainda assim, mestre João da Paz conservou muitos annos uma correspondencia de certo melindre com D. Jaime, Duque de Bragança (...)*”³⁷.

O médico Manuel Bento de Sousa, em correspondência trocada com Oliveira Martins³⁸ na última década do século XIX, defende de forma análoga como causa da morte de D. João II, o assassinato. O clínico, colhendo a informação inserta na obra de Camilo, faz um diagnóstico em tudo similar ao escritor. Ao acusar a recepção das cartas, Oliveira Martins encontra algumas incongruências na argumentação camiliana. Numa das últimas missivas expedidas para

³⁶ ARTUR CARLOS DE BARROS BASTO, *Os Judeus no Velho Porto*, Separata da Revista de Estudos Hebraicos, Vol. I, Tomo II, 1929, p. 104.

³⁷ CAMILO CASTELO, *Narcóticos*, Companhia Portuguesa Editora, Porto, 1920, pp. 24-25 e 44.

³⁸ Cfr. Correspondência entre Manuel Bento de Sousa e Oliveira Martins in *O Príncipe Perfeito*, Lisboa, Guimarães & Cª Editores, 1984, pp. CLX-CLXV.



CARLOS MANUEL VALENTIM

Bento de Sousa, o seu sentido arguto de historiador não deixava de questionar a interpretação seguida, trazendo a terreiro as novas investigações de Sousa Viterbo, divulgadas em 1894, quando se comemorava o quinto centenário do nascimento do infante D. Henrique. Já muito debilitado pela doença que o consumia, o antigo ministro da Fazenda erguia forças nos ares frescos da Arrábida para ditar os seus pensamentos: “*Outro reparo: ultimamente Sousa Viterbo descobriu um mestre João, médico de D. Manuel, que andou em viagens por conta do rei. Se fosse o mesmo, teríamos que não figura entre os assistentes do rei, por andar em viagem (...)*”³⁹.

Pela primeira vez aparecia uma ligação entre mestre João de Paz e a carta escrita de Porto Seguro em 1500.

Talvez as origens pouco claras de mestre João tivessem sido determinantes para o acusarem de ter envenenado D. João II a mando da sua mulher, a rainha D. Leonor, numa conspiração urdida em conjunto com o seu irmão, o Duque de Beja, futuro rei D. Manuel I, inimigo político do *Príncipe Perfeito*. O clima de tensão que se vive nos últimos dias de vida do Rei, motivado pela incerteza da sua sucessão não é, de todo, favorável a alguns elementos da comunidade sefardita. E aqui distinguiremos os que se encontravam cativos e os que se ligavam, de forma clientelar, à nobreza que tomava voz nos acontecimentos, ela própria dividida em facções, entre os que apoiavam o filho bastardo de D. João II, D. Jorge, e os aliados de D. Manuel⁴⁰.

³⁹ OLIVEIRA MARTINS, in *Op. cit.*, p. CLXV.

⁴⁰ Alguns nobres estiveram ao lado de D. João II no Algarve, nos seus últimos dias de vida, enquanto agonizava. Além do seu filho D. Jorge, os “Almeidas”, os condes de Abrantes, D. Diogo Lobo, D. Álvaro de Castro, o bispo D. Diogo Ortiz de Villegas. Estes últimos, darão apoio, mais tarde, a D. Manuel, mas estarão em muitos momentos, nos anos seguintes, em desacordo com a sua política.

Em que moldes se posicionava mestre João de Paz? Temos uma certeza: quando se der o regresso do duque de Bragança, como veremos a seguir, pôr-se-á ao seu serviço, em acumulação com o cargo de “físico e cirurgião” do Rei. Sobre o clima de tensão política que rodeia os últimos tempos de vida de D. João II, Vide JEAN AUBIN, “D. João II Devant sa Succession”, [...], in *Le Latin et L’Astrolabe. Recherches sur le Portugal de la Renaissance, son*



Sabemos, actualmente, que a acusação de Camilo Castelo Branco, desde logo agremiadora de adeptos⁴¹, foi elaborada sem seguros fundamentos de prova⁴², porque se veio a demonstrar que D. João II não morreu envenenado⁴³.

Não constando na lista de servidores do Paço da fundadora das misericórdias⁴⁴, mestre João de Paz aparece porém a usufruir de uma tença de 800 reis, durante o governo de D. João III. O registo faz referência ao Doutor mestre Filipe, ao Licenciado Thomas Torres, a Mestre Rodrigo, todos físicos e cirurgiões, e a “*mestre João, do Porto, que foy da Rainha sua tia.*”⁴⁵ Estamos certamente em presença de João de Paz, mas o assentamento da renda não será o testemunho mais apropriado para atestar que o físico terá envenenando o *Príncipe Perfeito*.

Perante uma análise mais cuidada da documentação, a pretensiosa tragédia sustentada por Camilo – que não era um investigador,

expansion en Asie et les relations internationales, II, Lisbonne-Paris, Fundação Caloust Gulbenkian/Centre Culturel Caloust Gulbenkian, 2000, pp. 49-82, sobretudo p. 85 e ss., onde são feitas alusões a algumas clientelas nobres, que se encontravam divididas

⁴¹ Cfr. ANSELMO BRAACAMP FREIRE, “Envenenado”, in *Crítica e História. Estudos*. Recedição Fac-similada do I Volume e primeira edição do II Volume, com estudo introdutório de José V. Pina Martins, Lisboa, F.C.G., 1996, pp. 221-250.

⁴² Vide IVO CARNEIRO DE SOUSA, *A Rainha D. Leonor. Poder, Misericórdia, Religiosidade e Espiritualidade no Portugal do Renascimento*, Lisboa, F.C.G./Fundação para a Ciência e Tecnologia – Ministério da Ciência e do Ensino Superior, 2002, pp. 61-70. O autor analisa a polémica acusação camiliana, quando são lançadas suspeitas, de homicídio, sobre D.^a Leonor.

⁴³ Não alimentando qualquer pretensão em tratar aqui o tema de forma profunda, podemos referir que quanto à morte de D. João II, Ricardo Jorge, professor de Medicina, e o médico António de Lencastre puseram a nu, no início do século XX, o mito. Não só afastaram a hipótese do envenenamento, como esclareceram a causa da morte do «Príncipe Perfeito». O monarca faleceu por motivo da urémia, provocada por uma nefrite crónica hereditária. Veja-se J. V. PINA MARTINS, “Anselmo Braamcamp Freire (1849-1921), Investigador e Historiador”, in ANSELMO BRAAMCAMP FREIRE, *Crítica e História*, Estudos, Lisboa, F.C.G., 1996.

⁴⁴ IVO CARNEIRO DE SOUSA, *Op. cit.*, pp. 179-182 e pp. 841-888. Anselmo Braamcamp Freire também já revelara não se puder afirmar que a Rainha tivesse tido um médico que fosse mestre João. Vide *Op. cit.* p. 227.

⁴⁵ D. ANTÓNIO CAETANO DE SOUSA, *Op. cit.* Tomo VI, II Parte, p. 333.



CARLOS MANUEL VALENTIM

não estando em causa a sua ampla erudição literária – cai por terra. As suas conclusões estabelecem a diferença entre a ficção e a História, evidenciando porque é que a História não perde o estatuto de narrativa “verdadeira”, se comparada com as narrativas míticas ou com as narrativas fictícias que são epopeias, dramas, tragédias, romances ou novelas⁴⁶.

Camilo Castelo Branco servia-se dos nobiliários como fonte de primeira linha. E foi entre os nobiliários portuenses – Camilo estudara e vivera no Porto – que se difundiu a notícia de um “certo” mestre João, que fora físico e cirurgião do rei, ter morado na cidade.

Regressemos à questão da identificação de mestre João Faras e da autoria dos dois documentos que lhe são atribuídos. Juan Gil tentou resolver, de uma vez por todas, o mistério que sempre rodeou a identidade do autor da tradução do “De Situ Orbis” e da carta escrita em 1500 do Brasil. Segundo aquele Professor houve, na verdade, um *maestre Juan Faraz*⁴⁷ (e não Faras ou Farras). Era de origem judaica⁴⁸, originário de Sevilha, e convertera-se ao cristia-

⁴⁶ Cfr. PAUL RICOUER, *Do Texto à Acção*, Lisboa, Rés, s/dt. p. 177.

⁴⁷ Passaremos a utilizar agora esta denominação castelhana, “Juan Faraz”, para a distinguir de “mestre João”. E aqui pode situar-se outra diferença, ao primeiro olhar pouco visível. Ou seja, na tradução da obra de Pompónio Mela o nome que lá consta é “maestre Joan Faras”, enquanto na carta “mestre Joham”.

⁴⁸ Tal como concluímos em estudo anterior sobre da identidade de mestre João Faras. Vide CARLOS MANUEL VALENTIM, “Mestre João Faras – um sefardita ao serviço de D. Manuel I”, in *Cadernos de Estudos Sefarditas N.º 1, 2001*, pp. 167-220.

Luís de Albuquerque e Guy Beaujouan tinham avançado, também, com essa hipótese, embora de forma pouco conclusiva. Luís de Albuquerque, num dos seus primeiros trabalhos historiográficos: “As navegações e a origem da mentalidade científica em Portugal” in ANTÓNIO JOSÉ SARAIVA, *História da Cultura em Portugal, Lisboa, Jornal do Foro*, 1953, Vol. III, p. 451, escreve: “[...] a avaliar pela linguagem que emprega [mestre João] *mesclada de espanhol e português, é muito provável que fosse, como outros, de origem judaica, e que tivesse vindo para Portugal fugido às perseguições que se haviam desencadeado em Espanha contra a sua raça.*”

Guy Beaujouan, estudioso da cultura medieval ibérica, incluiu mestre João na profícuca tradição hebraica, existente na Península, de médicos e astrólogos. Vide, deste autor, “L’Astronomie dans la péninsule Iberique a la fin du Moyen Âge”, in *Revista da Universidade de Coimbra*, Vol. XXIV, 1971, p.15.





nismo⁴⁹. Mas será que esta revelação vem resolver todos os proble-

MESTRE JOÃO DE PAZ E MAESTRE JUAN FARAZ

mas de autoria⁵⁰ postos por aqueles escritos? É a chave do mistério que persistiu na historiografia portuguesa durante mais de um século? O quebra-cabeças foi definitivamente resolvido⁵¹? A evidência documental poderá apontar para outra interpretação.

Defendeu Karl Popper que nunca se pode provar que uma teoria *científica* é verdadeira⁵². Uma teoria científica pode, quando muito, descrever e explicar um mundo que nos é acessível, e fazer previsões sobre novas realidades, através de experiências e ensaios que confirmem essas previsões. Popper, ainda assim, alerta: tal asserção não nos permite pensar que estamos perante algo de inabalável e verdadeiro. O problema não está solucionado definitivamente. O máximo que se pode afirmar é que essa teoria, diante de certos parâmetros em que foi testada e analisada, posta à prova e ensaiada, se vai adequar a uma determinada circunstância. As verdades não são definitivas, são sempre transitórias. Eis a grande lição popperiana.

Não se podendo afirmar que uma teoria é verdadeira, poder-se-á provar que ela é falsa. Como? Com a realização de testes; pondo à prova a sua capacidade explicativa e verificando se os seus resultados são contrários às previsões.

⁴⁹ Vide JUAN GIL, *Op. cit.*, pp. 287-288 e *passim*.

⁵⁰ O nome de «autor», não é um nome “qualquer”, vulgar, esconde no seu interior outras funções, para além do próprio “nome”. Nas palavras de Michel Foucault é o equivalente a uma “descrição”, exercendo em relação aos discursos um papel classificador, delimitando e seleccionando, individualizando e agrupando. Por isso, pensamos, o tema da “autoria” é um assunto central em qualquer investigação. Vide MICHEL FOUCAULT, *O que é um autor?*, 3.^a Ed., [s/loc.], Vega, 1997, pp. 43-47 e *ss*.

⁵¹ O almirante Max Justo Guedes em trabalho recente, tomou como definitivo a resolução do problema, abonando-se no estudo do professor Juan Gil. Veja-se MAX JUSTO GUEDES, “A Viagem de Pedro Álvares Cabral”, in *A Viagem de Pedro Álvares Cabral e o Descobrimento do Brasil (1500 -1501)*, coordenador [...], Lisboa, Academia de Marinha, 2003, pp. 95-96.

⁵² Seguimos as ideias deste epistemólogo, contidas em *The Logic of Scientific Discovery*, 13.^a Ed., London, Melbourne, Sydney, Auckland, Johannesburg, Hutchinson, 1980, pp. 27-34.





CARLOS MANUEL VALENTIM

Quanto às denominadas “Ciências Humanas”, termo discutível no campo epistemológico, tudo se passa de maneira diferente. A começar pela circunstância de não se poderem reproduzir factos sociais, situações e “mundos” passados (isto em relação à História); não é possível, portanto, fazer previsões nem reproduções exactas do que quer que seja. Mas as ideias de Karl Popper não deixam de ser úteis, na medida em que nos ajudam a empregar um determinado aparelho teórico; ensinam-nos a testar resultados, a desconfiar de uma realidade “aparente”, que parece inabalável; ensinam-nos a desconstruir um texto⁵³; ensinam-nos, finalmente, que nenhuma teoria concebida em bases científicas, e reconhecida pela comunidade científica, viverá para sempre, nem está suficientemente completa de modo a impedir a revisão dos seus fundamentos.

Na escrita da história não há soluções definitivas. O que aconteceu está retido num “mundo” impossível de tocar e de alcançar. Isso mesmo salienta o Professor Marques de Almeida: “*O historiador não conhece o que realmente aconteceu, e o que chega ao seu conhecimento é uma certa forma de ver, e isso faz com que toda a construção seja ideacional.*”⁵⁴ A discursividade em História assenta, assim, na hipótese, na probabilidade, no que poderá ter acontecido. Em suma, numa aproximação à “verdade”⁵⁵.

Concretizando, pensamos que os problemas que são levantados pela tradução do “De Situ Orbis” e pela carta enviada a D. Manuel I, não estão ainda totalmente esclarecidos, querendo-nos parecer que os dados postos em relevo pelo professor Juan Gil não são,

⁵³ Jacques Derrida teorizou sobre a possibilidade de se abordar um texto em diferentes formas. Por exemplo, na sua obra *Gramatologia*, 2.^a Ed., S. Paulo, Editora Perspectiva, 2006.

⁵⁴ A. A. MARQUES DE ALMEIDA, “Sinais gravados noutros sinais ou história e legibilidade do mundo”, in *Uma Vida em História. Estudos em Homenagem a António Borges Coelho*, coordenação de António Dias Farinha, José Nunes Carreira, Vítor Serrão, Lisboa, Editorial Caminho, 2001, p. 34.

⁵⁵ E se o conceito actual de Ciência não passa pela «verdade» demonstrada, mais protagonismo adquirem os modelos interpretativos. Vide KARL POPPER, *O Realismo e o Objectivo da Ciência*, Lisboa, Publicações D. Quixote, 1997, p. 234.



porventura, suficientes para explicar todas as situações menos “claras” e até, em alguns casos, contraditórias, que estão relacionados com o (s) seu (s) autor (es).

Nunca se pensou, ou por outra, nunca se explorou suficientemente a eventualidade de podermos estar perante dois indivíduos distintos⁵⁶. Houve desde sempre uma preocupação constante em encontrar dados que pusessem em relevo a mesma autoria, funcionando este desiderato como *obstáculo epistemológico*⁵⁷ a outras vias de investigação, por parte dos que se debruçaram sobre a tradução do texto de Pompónio Mela e da pequena carta escrita da Terra de Vera Cruz em 1500. Repare-se, se *maestre Juan Faraz* e *mestre João de Paz* são personalidades distintas⁵⁸, sefarditas, provenientes de Castela, também haverá a probabilidade do tradutor do “De Situ Orbis” não ser o autor da carta enviada em 1500 do Atlântico Sul. “João” era um nome muito comum na época, havia muitos mestres com a denominação de “João”, mas a circunstância, que não deixa de ser pertinente, é que não se encontrou mais nenhum “mestre João”, a não ser mestre João de Paz, simultaneamente “físico e cirurgião” de D.Manuel I, tal como aparece na “tradução” e na “carta”. Para mais, nos dois documentos em confronto, a assinatura do autor não é exposta da mesma forma. No códice apresenta-se como: “*Maestre Joan Faras*”⁵⁹, e aqui não acreditamos que haja qualquer erro do copista na transcrição – mesmo que tradução do “De

⁵⁶ Nós também caímos nesse equívoco quando, em trabalho anterior, esgrimimos argumentos de forma a associar o autor da carta à tradução da obra de Pompónio Mela. Vide CARLOS MANUEL VALENTIM, “Mestre João Faras...”, pp. 183-196.

⁵⁷ É no próprio processo de conhecimento que aparece a perturbação; as incoerências não detectadas, a estagnação, os factos que deturpam a realidade e impedem o andamento e progresso do conhecimento. Veja-se, sobre a noção de «obstáculo epistemológico», Gaston Bachelard, *La Formation de L'Esprit Scientifique*, Paris, Vrin, 1972, p. 14.

⁵⁸ Durante a investigação deparamos com dois únicos casos: *maestre Joan Faras* (tal como aparece na tradução do *De Situ Orbis*) e *mestre João de Paz*.

⁵⁹ “*La geografia y cosmografía de Ponponio Mela, cosmógrafo, pasada de latin em romance por Maestre Joan Faras, bachiler em artes y em medeçina, físico y sororgiano dell muy alto Rey de Purtugall Dom Manuel.*” B.A, Códice50-V-19, fl. 2.

CARLOS MANUEL VALENTIM

Situ Orbis” seja uma cópia do original –, enquanto na carta aparece “*mestre Jobam*”⁶⁰. Se quisermos ir mais longe na análise crítica da informação que neste momento dispomos, constatamos que na documentação sevilhana aparece “Johan Faraz” (e não “Joan Faras”; será esta a tradução portuguesa na época deste nome?), não sendo referido o cargo de “físico e cirurgião”, mas sim o de “*criado que fue del serenísimo señor Don Manuel, rey de Portugal*”⁶¹.

As deduções do Professor Juan Gil quando analisa, sumariamente, a morfologia, a sintaxe, a grafia e a fonética dos dois documentos em causa, levam-nos a pensar que poderemos estar diante de autores diferentes.

Enfrentamos, não há dúvida, um problema de difícil resolução, cuja prova documental é precária, mas que não nos deve intimidar, nem sequer impedir, de tecer considerações, e efectuar um raciocínio dedutivo, com o objectivo de alcançar um modelo explicativo satisfatório e coerente. O historiador fica-se em muitos casos pelos indícios, não conseguindo indexar documentos de prova aos argumentos, por dificuldades de várias ordens, entre outras, cite-se, a própria organização dos arquivos, a falta de edições críticas de fontes e a complexidade dos cruzamentos metodológicos e dedutivos que a própria investigação atingiu, já a operar num novo paradigma – o da incerteza e da probabilidade, que desde da década de vinte do século XX vem tomando corpo e forma⁶².

Para fundamentarmos a posição, que sustenta uma possível autoria diferente para a “tradução” e a “carta”, procuramos obter informação inédita sobre mestre João de Paz.

E Diogo Rangel de Macedo fornece-nos, precisamente, alguns dados novos que vale a pena arrolar, ainda que com certa precaução. Escreve o genealogista:

⁶⁰ “*O bacharel mestre Jobam físico e cirurgiano de Vosa Alteza*”.

⁶¹ Documento III in Juan Gil, “*El Maestre...*”, p.308.

⁶² Vide A. A. MARQUES DE ALMEIDA, “*Sinais gravados noutros sinais ou história e legibilidade do mundo...*”, pp. 42-44.

“ [...] *passou a este Reyno expulsado de Castella o Mestre Joam que fazia publica profiçam da ley Hebrayca, e era muito doutto em Medecina, por cuja cauza o dicto Rey D. Manoel dezejava muito a sua conversam e como ele era não só doutto, mas de clarissimo entendimento, com lhe explicarem algus textos que elle intrepertava, mal abraçou logo a verdade da doutrina Christã e abjurou os seus erros, recebendo o baptismo em 24 de Janeiro de 1496. Em que tomou o nome de Joam em obzequio do Primcepe e aapellido da Paz por devoçam de N. S.^a que com esta invocassam se festejava naquelle dia.*

El Rey D. Manoel o ennobreceu e deu armas novas que são em campo azul hua patra de pratta entre quatro rosas vermelbas.

Foy muito rico e se estabeleceu na cidade do Porto onde fez huas cazas no sítio onde chamão o Padram de Belmonte e nellas pos as sobreditas armas. Estas cazas vieram a ser de Manuel Pacheco, primeiro juiz da Alfandega da dicta cidade [...].”⁶³

Deste texto, facilmente se deduz: *a)* mestre João de Paz era muito douto; o autor menciona em Medicina, mas sabemos que os médicos sefarditas eram em simultâneo, astrólogos, comentadores de textos, matemáticos, cosmógrafos e exerciam ofícios na área económica e financeira; *b)* mestre João era de origem castelhana, baptizou-se por vontade do Rei que o desejava ter a seu serviço. Fica, ainda assim, a dúvida em saber qual o príncipe que o honrava com o nome de “João”. Os nobiliários são unânimes quanto ao enobrecimento atribuído por D. Manuel I. Ainda no que diz respeito ao baptismo exista discordância, havendo quem defenda que mestre João de Paz foi baptizado por D. João II⁶⁴. Essa poderá ser uma forte hipótese a considerar.

⁶³ B.N. Reservados, Diogo Rangel de Macedo, *PBA* 394, fl. 69.

⁶⁴ Veja-se, por exemplo, B.A. *Linhagens*, códice 50-IV-8, fl. 799, texto de meados do século XVII, que refere o seguinte: “João de Pax medico da camara del Rei D. João que veyo de Mazagão e se converteo bautizando-se e foi el Rei seu padrinho; lhe fez honras, há seus irmaos que vierão depois que forão o dito Diogo de Paz e Izidoro de Pax[...].” De facto, D. João II foi padrinho de alguns físicos bem conhecidos, como António de Lucena, cujo baptismo é relatado por Garcia de Resende. Pensamos ter sido este códice a fonte de onde partiram os que defenderam, como Camilo Castelo Branco, ter estado mestre João

CARLOS MANUEL VALENTIM

Mais informações sobre mestre João de Paz, sustentadas em documentação manuscrita, foram colocadas em relevo por Montarroio Mascarenhas⁶⁵. Escreveu o editorialista:

“Várias pessoas ouve neste reino com o nome de mestre João. [...]

Outro mestre João ouve em Barcelos e foi casado com Mecia da Paz filha de Diogo Rodriguiz, e de Dona Velhinha judia de nascimento que faleceu profesando a ley em que se criou como consta de hua escriptura de contrato celebrada com Genebra da Paz e seus maridos no anno de 1501, a qual se guarda no Archivo Ducal da Caça de Bragança, onde há muitas memorias deste homem: em que foi físico de El Rey e teve algumas mercês na Vila de Barcelos e na de Guimarães por cartas passadas em 21 de Março de 1497 como consta do livro dos registos da sua Chancelaria a pagina 46.

*Este se appellidava tambem de Joam da Paz, e com este mesmo pronome de mestre João se faz seu procurador bastante Mestre Thomas seu cunhado medico e físico em Santarem no anno de 1503 por instrumento publico do Archivo da Serenissima Caça de Bargaça no mesmo libro, mas para cobrar hua divida que lhe pertencia do Duque [...].”*⁶⁶

Ficava patente a razão de mestre João aparecer na documentação como morador em Guimarães⁶⁷. Além de prestar serviços a D. Manuel, o médico orbitava na dependência da Casa ducal de Bra-

próximo da Corte do *Príncipe Perfeito*. Mas repare-se surgem incongruências na referência a Mazagão, e ao “irmão Isidro”, sendo este afinal seu filho.

⁶⁵ José Montarroio Mascarenhas (Lisboa 1670- 1760), director da Gazeta de Lisboa 1715-1718, introdutor do jornalismo em Portugal, capitão de cavalaria, participou na Guerra de Sucessão de Espanha. O trabalho que a seguir citamos conta-se entre os seus inéditos. As genealogias feitas por este autor têm a particularidade de se apoiarem em vasta documentação manuscrita, existente nos vários arquivos nacionais.

⁶⁶ J. F. MONTARROIO MASCARENHAS, “Theatro Geneologico”, in *Biblioteca da Ajuda*, Códice 47-XIII-18, fl. 40Vº. É de notar que o objectivo deste autor não é o estudo de mestre João de Paz, mas sim o de um outro mestre João que vivera em Barcelos, pela mesma altura, pai de Pedro Esteves. Sublinhe-se que Mascarenhas transcreve “da Paz”, em vez “de Paz”, à semelhança dos autores que a seguir se entregam à exploração do tema, muita embora na documentação régia apareça “de Paz”. Facto que aparente ser secundário, mas que tem importância no desvendar dos passos do astrólogo e da sua família. Vide ANSELMO BRAAMCAMP FREIRE, “Envenenado”, *Op. cit.*, p. 233.

⁶⁷ Nas cartas de física e cirurgia.

gança; situara a sua residência no Entre Douro e Minho e não se negava a receber mercês do Duque, que controlava essas terras⁶⁸.

Afigura-se, no essencial, estarmos diante, tanto no caso de Juan Faraz, como de João de Paz, de indivíduos com uma formação académica muito idêntica, imbuídos de uma cultura que era comum a toda a comunidade sefardita. Não foram poucos, aqueles que desempenharam um importante papel científico e técnico nas navegações ibéricas⁶⁹, favorecidos que eram pelos conhecimentos de línguas e por um saber prático que os distinguiu da escolástica universitária⁷⁰. Por isso mesmo, quando se comparam duas personagens desta “estirpe” torna-se “quase” impossível diferenciar “gestos”, “atitudes”, práticas sócio-culturais. Além de que, neste caso em concreto, à semelhança da família de mestre João de Paz, como se verá, a família de Juan Faraz tinha importantes negócios – se bem que não fossem mercados de projecção internacional⁷¹ – associados ao arrendamento da recolha de impostos sobre determinados produtos (madeira, carne, panos) ou rendas de lugares, vilas e cidades em Castela e eram gestores de capital, profissão corrente entre os cristãos-novos⁷².

Poderá mestre João de Paz ser o autor da carta enviada a D. Ma-

⁶⁸ Quando nos apercebemos desta ligação, dirigimo-nos ao Arquivo Histórico da Casa de Bragança, situado em Vila Viçosa, na tentativa de encontrar uma pista que nos conduzisse a mestre João de Paz e à sua família, mas nenhuns registos encontramos. Ter-se-á perdido essa documentação? De facto, os registos da Casa de Bragança foram varridos por dois grandes incêndios: o que foi provocado pelo terramoto de 1755; e um outro que destruiu uma boa parte da documentação a 10 de Junho de 1821. Vide MANUEL INÁCIO PESTANA, *O Arquivo da Casa de Bragança. História sumária de um notável acervo documental*. Lisboa, Academia Portuguesa de História, 1996, pp.33-47.

⁶⁹ Colaboravam frequentemente em trabalhos para o aperfeiçoamento da náutica. Vide LUÍS DE ALBUQUERQUE, “Sobre um manuscrito quatrocentista do «Tratado da Esfera»”, in *Revista da Faculdade de Ciências da Universidade de Coimbra*, Vol. XXXVIII, 1959. p. 154.

⁷⁰ Vide GUY BEAUJOUAN, *Op. cit.*, pp. 13-16.

⁷¹ Tal como os Paz de Entre Douro e Minho, como mais à frente se verá.

⁷² Vide JUAN GIL, “El Maestre.”, p. 292.



CARLOS MANUEL VALENTIM

nuel? Se foi realmente o redactor dessa missiva, que interesses moveram o astrólogo a viajar na armada comandada por Pedro Álvares Cabral?

O bacharel em Artes e Medicina que escreve em 1500 do Atlântico sul, viajava num navio pequeno, como ele próprio refere ao Rei, sem complexos de subalternidade⁷³, queixando-se das fracas condições que tinha para trabalhar na observação do céu: “[...] *por causa deste navio ser muito pequeno e estar muito carregado, que não há lugar para coisa nenhuma.*”⁷⁴ Seria esta a “vela” que fazia parte do consórcio estabelecido entre D. Álvaro de Bragança, tio do duque D. Jaime, e alguns mercadores florentinos e genoveses⁷⁵ detentores de capitais e casas comerciais em Portugal? A confirmar-se esta asserção⁷⁶, tratava-se da caravela redonda, mercante, “Nossa Senhora da Anunciada” (porte: c.100 tonéis; tripulação: c.30 homens⁷⁷), comandada por Nuno Leitão da Cunha.

De salientar que a participação estrangeira nesta expedição se estendia ao investimento em mais dois navios⁷⁸, um dos quais, uma

⁷³ E talvez se queixe desta forma nua e crua, sem ajustes, pensamos, por o navio não ser propriedade do Rei.

⁷⁴ Forma original: “[...] *este navio ser mucho pequeno e mui cargado que non ay lugar pera cosa ninguna [...]*”. A Carta de mestre João, In A. Fontoura da Costa, *A Marinharia dos Descobrimentos*, Ed. cit.

⁷⁵ Sobre os associados comerciais na expedição Veja-se JAIME CORTESÃO, *A expedição de Pedro Álvares Cabral e o descobrimento do Brasil*, Lisboa, I.N.-C.M., 1994, pp. 69-79.

⁷⁶ Moacir Soares Pereira aventou como hipótese ter mestre João viajado na caravela-redonda de bombarda grossa que deu combate à «nau dos elefantes» em Calicut. Esta caravela, denominada “S. Pedro”, que era comandada por Pero de Ataíde, supõe-se que tinha cerca de 70 tonéis com uma lotação de cerca de 50 homens na tripulação. Veja-se do autor, *Capitães, Naus e caravelas da Armada de Cabral*, Lisboa, J.I.C.U., 1979, p. 41. Cfr. MAX JUSTO GUEDES, *O Descobrimento do Brasil*, Lisboa, Vega, s/dt., p. 159.

⁷⁷ Vide o quadro esclarecedor que nos dá MAX JUSTO GUEDES, *ibidem*, pp. 154-155 e p. 159.

⁷⁸ Como aponta o PROFESSOR A. A. MARQUES DE ALMEIDA, *Capitais e Capitalistas no Comércio da Especiaria. O Eixo Lisboa -Antuérpia (1501-1549). Aproximação a um estudo de Geofinança*, Lisboa, Edições Cosmos, 1993, apêndice, pp.99-100. Este dado vem acrescentar mais um navio aos particulares, e contrariar o que até aqui se veiculara como certo: que investimento particular nesta expedição se reduzia a 2 navios.





nau mercante que se havia de afundar no Cabo da Boa Esperança, que pertencia a D. Diogo, Conde de Portalegre, e associados. A Coroa era, e continuaria a ser nos anos seguintes⁷⁹, a grande impulsionadora da importação de especiarias⁸⁰. O “assalto” aos empórios comerciais da Ásia impeliu o poder central português a providenciar mais meios, humanos e materiais, a reestruturar sectores chave das finanças e da administração ultramarina⁸¹, e a reforçar-se burocraticamente, numa clara tentativa de monopolizar as redes comerciais, que a partir da Ásia conduziam à Europa as tão apetecidas especiarias.

No rescaldo da ligação, pioneira (1497-99), feita através do Atlântico, entre Lisboa e o mundo asiático, de imediato se constataria a necessidade de apostar na tonelagem e poder de fogo dos navios⁸², e na exploração diplomática, através do fomento de alianças e amizades, no interior do complexo mapa político do sub-continento indiano⁸³, sendo os judeus e cristãos-novos utilizados como

⁷⁹ Sobre o papel e o peso da Coroa na importação das especiarias, Veja-se o nosso estudo, “O Investimento Financeiro na Esquadra do 1.º Vice-Rei da Índia (1505)”, in *Actas do IX Colóquio de História Marítima*, Lisboa, Academia de Marinha, 2007, pp. 357-282. Registe-se a escassez de estudos que se têm elaborado nesta área financeira. Após o grande impulso historiográfico de Vitorino Magalhães Godinho, Manuel Nunes Dias, Virgínia Rau, Gentil da Silva, A.A.Marques de Almeida, muito pouco se tem produzido.

⁸⁰ VITORINO MAGALHÃES GODINHO, *Os Descobrimentos e a Economia Mundial*, Lisboa, Editorial Presença, 2.ª Ed., 1982, Vol. II, p. 165.

⁸¹ A criação da Casa da Índia no início do século XVI, vem no seguimento dessas medidas. A Coroa, tentando regulamentar a actividade comercial a seu modo, integrava o comércio do Oriente num conjunto mais vasto que englobava os *tratos* da Guiné, da Mina e de Sofala. Vide JOAQUIM VERÍSSIMO SERRÃO, *História de Portugal. Volume III – O Século de Ouro (1495-1580)*, 3.ª Ed., revista e aumentada, [s/loc.], Editorial Verbo, imp. 2001, p.168.

⁸² João de Barros escreve que a segunda armada a partir para o Oriente “*conuinha mostrar-se muy poderosa em armas [...]. Ásia de João de Barros*, Lisboa, Lisboa, I.N.-C.M., 1988, Ed. fac-símile de 1932, Primeira Década, Livro Quinto, p. 170.

⁸³ Vide FILIPE NUNES DE CARVALHO, “Do Descobrimento à União Ibérica”, in *Nova História da Expansão Portuguesa*, direcção de Joel Serrão e A. H. de Oliveira Marques, Volume VI: «O Império Luso-Brasileiro 1500-1620» coordenação de Harold Johnson e Maria Beatriz Nizza da Silva, Lisboa, Editorial Estampa, 1992, pp. 23-24.





CARLOS MANUEL VALENTIM

“línguas” e agentes diplomáticos nos contactos com as entidades políticas locais⁸⁴.

D. Álvaro de Bragança, tio de D. Manuel I, iria investir avultados fundos financeiros nas duas expedições seguintes que demandariam a Costa do Malabar⁸⁵, numa altura em que se efectuava a recomposição patrimonial do ducado de Bragança, o que denota uma nova forma de consciência, entre a nobreza, relativamente ao «trato e à mercancia»⁸⁶.

Outro facto muito significativo é o reparo, quase imediato, por parte dos particulares e da Coroa, da riqueza da nova descoberta, apesar da expedição ter como destino prioritário o Oriente. Quando ficou concluído o reconhecimento do litoral brasileiro pela armada de 1501, D. Manuel firmou contrato, para exploração da mata brasileira, com mercadores cristãos-novos, encabeçados por Fer-

⁸⁴ Por exemplo, Gaspar da Gama, de origem judaica, cativado em Angediva durante a viagem de Vasco da Gama, e que se veio a converter ao cristianismo, tornando-se conselheiro de D. Manuel I, terá participado nos preparativos da armada, como perito nos assuntos que diziam respeito ao comércio. Apresentou folhas de preços e direitos relativos às mercadorias a serem transaccionadas. Ficou incumbido da redacção de todas as cartas-credenciais e propostas de tratados de paz e de comércio a apresentar por Pedro Álvares Cabral aos reis muçulmanos, em língua árabe, porque sabia falar muitas línguas. Acompanhava Aires Correa. Vide ELLAS LIPINER, *Gaspar da Gama, um converso na frota de Cabral*, Rio de Janeiro, Nova Fronteira, 1986, pp. 105-106.

Recentemente, Luís Filipe Thomaz revelou duas cartas inéditas, escritas a D. Manuel por este cristão-novo em 1499, logo após o regresso de Vasco da Gama, quando ainda não dominava bem o português. Aparentemente, como nos revela aquele historiador, as concepções estratégicas de Gaspar da Gama foram adoptadas por uma facção da Corte manuelina, que defendia uma expansão comercial no Índico, afastando os planos ousados de um imperialismo de cariz messiânico. Nesta perspectiva, atente-se no peso que os cristãos-novos dispunham, directamente e indirectamente, em matérias de índole económico e político/estratégico, além das de cariz científico que eram bem visíveis, no interior da Coroa. Cfr. Luís Filipe Thomaz, “Gaspar da Índia e a génese da estratégia manuelina no Índico”, *Actas do IX Colóquio de História Marítima*, Lisboa, Academia de Marinha, 2005, no prelo.

⁸⁵ Nas armadas capitaneadas por João da Nova (1501) e Vasco da Gama (1502).

⁸⁶ A. A. MARQUES DE ALMEIDA, *Capitais e Capitalistas no Comércio da Especiaria [...]*, p. 69 e apêndice, pp. 99-100.



nando de Noronha, ou Loronha, que se vêm consorciar, por sua vez, aos italianos⁸⁷, entre eles Marchione⁸⁸.

Descoberto o caminho marítimo para a Índia, que segundo o Professor A. A. Marques de Almeida “*contribuiu poderosamente para o alargamento do espaço oceânico, a caminho de uma economia pela primeira vez planetária*”⁸⁹, o espaço meridional do Atlântico redobrava de interesse, por ser essencial à Rota do Cabo. A sul do equador jogava-se agora a sorte das armadas que dobravam o continente africano; procuravam-se novos pontos de apoio logístico que satisfizessem as necessidades do abastecimento naval, dando-se conta, a pouco e pouco, da importância económica da nova terra.

Sem dúvida que a “Anunciada” era um dos navios mais pequenos da armada que larga de Lisboa em Março de 1500. É o próprio Giovanni de Affaitadi ao escrever a Domenico Pisani, residente em Espanha, que dá testemunho dessas dimensões diminutas, a 26 de Junho de 1501, quando dava conta da chegada desta caravela: “*Questo navilio, che é venuto, é lo piu piccolo de tuti, et é del signor Alvaro e tre altri merchadanti nominati di sopra. Lui é lo piu povero de tutti li altri, lo*

⁸⁷ Vide ELIAS LIPINER, *Op. cit.*, pp. 125-127 e pp. 132 e 142.

⁸⁸ Que investira, anteriormente, num dos navios da viagem que descobriu o Brasil. Este mercador, no reinado de D. João II, açambarcou grande parte dos resgates africanos: marfim, escravos, malagueta, chegando a pagar à Coroa anualmente pelos contratos mais de 40.000 cruzados. Veio a ter o “trato” dos escravos até 1487 por 6.300.000 reais; o dos rios da Guiné em 1490-1492 por 1.100.000 por ano e depois em 1493-1495 pelo dobro, pagando muitas vezes de antemão. No reinado de D. Manuel aparece a comprar quatro naus ao rei por 7.037.578 reais; negociava em açúcar em barris de atuns; arma para a Índia em parceria com a Coroa para os “tratos” do Oriente; preside à companhia de mercados (de que o Rei é parceiro), passa letras de câmbio para a Flandres e Roma, efectua pagamentos à armaria Real de Santarém e ao almoxarife dos paços reais de Muge. Veja-se VITORINO MAGALHÃES GODINHO, *Op. cit.*, Vol. III, p. 196.

⁸⁹ A. A. MARQUES DE ALMEIDA, “A viagem de Vasco da Gama e a sua repercussão económica na Europa”, *Portugal no Mundo*, Direcção de Luís de Albuquerque, Alfa, Lisboa, 1988, Vol. III, p. 20.



CARLOS MANUEL VALENTIM

*quale porta 300 cantera de pevere et 200 de canella, nose muscade, lacha, benzui; et porta la novella de esse cosse; de modo che de tuto vien cargate.*⁹⁰

Não nos poderá parecer despropositado supor que mestre João de Paz teria ido nessa viagem. Na obtenção das suas cartas, tanto na de física como na de cirurgia, em finais do século XV, aparece a residir em Guimarães, anos mais tarde vem estabelecer-se no Porto com a família mais próxima⁹¹. A ter viajado na armada de 1500, temos assim que, tal como Pêro Vaz de Caminha – autor da outra importante carta escrita a D. Manuel, que constitui com a missiva do astrólogo, os únicos documentos que se conhecem enviados da nova terra descoberta –, mestre João era originário das terras de Entre Douro e Minho, no qual o Porto constituía o seu centro político, económico e administrativo; e tal como Pêro Vaz de Caminha, poderia também mestre João não ocupar um cargo em exclusivo ao serviço de D. Manuel I⁹². Outra evidente coincidência centra-se na particularidade dos dois homens, e respectivas famílias, exercerem cargos idênticos na Recebedoria do Entre Douro e Minho, que encontravam articulados à Fazenda do Porto⁹³.

As duas epístolas, em nosso entender, concorrem para objectivos muito idênticos. Após se terem mantido na “sombra”, onde

⁹⁰ Carta de la Faitada, in JAIME CORTESÃO, *A expedição de Pedro Álvares Cabral e o descobrimento do Brasil*, Lisboa, I.N.-C.M., 1994, p. 175.

⁹¹ Em 1511, ano em que é ordenado um dos seus filhos mais novos, ainda se encontra a residir em Guimarães – Arquivo Distrital de Braga, *Cadernos de Matrícula de Ordens da Diocese de Braga*, Livro VI-1505/1513, caderno 14, fl. 3V.º. Sabemos, contudo, como veremos, que a sua mobilidade espacial era notável.

⁹² Pero Vaz de Caminha ia como futuro escrivão da despesa da feitoria a estabelecer em Calecut, enquanto mestre João poderia ir em serviço de D. Álvaro de Bragança, não sendo estranho o facto, pois a Coroa autorizava, como era o caso de D. Álvaro, os credores a nomear agentes e capitães dos navios que eram financiados por particulares. Cfr. MANUEL NUNES DIAS, *O Capitalismo Monárquico Português (1415-1549. Contribuição para o estudo das origens do capitalismo moderno*, vol. II, Coimbra, F.L.U.C.-I.E.H.A.V., 1964, pp. 208-209.

⁹³ Sobre Pêro Vaz de Caminha e a Recebedoria de Entre Douro e Minho, Veja-se JAIME CORTESÃO, *A Carta de Pêro Vaz de Caminha*, Lisboa, I.N.-C.M., 1994, p. 34.



terão passado por algumas dificuldades⁹⁴ – no período que se segue à execução de D. Fernando de Bragança, e enquanto está no poder D. João II – pela simples razão de terem prestado serviços ao Duque, mestre João e Pêro Vaz de Caminha tentavam, agora, conquistar as simpatias e favores do novo Rei⁹⁵. Não partilhamos da ideia de que as cartas do escrivão e do astrólogo fossem considerados pela Corte documentos sem valor “estratégico”⁹⁶. Esses argumentos podem revelar a outra “face da moeda”, isto é, se as duas cartas são os únicos testemunhos expedidos do Atlântico Sul que sobreviveram à corrosão do tempo, isso não quer dizer que eram os menos importantes, bem pelo contrário. Por terem sido preservados, e nem sequer citados por cronistas/historiadores como João de Barros, mostram o quanto era importante as informações que continham. Porque é que terá ficado no “esquecimento” até 1773, um texto como a carta de Pêro Vaz de Caminha, brilhante na descrição antropológica, cheio de vivacidade nos relatos que faz, em nada inferior em qualidade literária ao *Mvndvs Novvs* de Américo Vespúcio⁹⁷, um dos textos de maior divulgação do Renascimento?

Estamos longe de defender a polémica teoria do «sigilo», porque não existiu como “teoria definida”, mas a ter existido revelou-se em

⁹⁴ O desmembramento da Casa de Bragança trouxe dificuldades acrescidas para quem servira nos seus domínios. Muitos foram perseguidos, outros emigraram, outros ainda tentaram passar desapercibidos diante de D. João II. Sobre este período Vide MANUELA MENDONÇA, “Pêro Vaz de Caminha – o Homem e a sua circunstância histórica”, in *A Carta de Pêro Vaz de Caminha, Auto do Nascimento do Brasil*, Ericcira, Mar de Letras, 2000, p. 31.

⁹⁵ “(...) *queria(m) agradecer ao monarca para lhe ganhar mercê.*” Defende JOÃO ROCHA PINTO, *A Viagem-Memória e Espaço*, Lisboa, Livraria Sá da Costa, 1989, p. 236, opinião que se entrelaça com a nossa: estas seriam “simples” cartas, fugindo à oficialidade de outra correspondência. Mas não quer isso dizer que os documentos não viessem a ser considerados importantes pela Coroa.

⁹⁶ JORGE COUTO, *A Construção do Brasil, Lisboa*, edições Cosmos, 2.^a ed. 1997, p. 178; JOSÉ A. VAZ VALENTE, “Duas páginas para El-Rei”, in *Revista Portuguesa de História*, Tomo XVII, Vol. II, 1977, p. 71.

⁹⁷ LUÍS DE MATOS, *L'Expansion portugaise dans la Litterature latine da La Renaissance*, Lisboa, F.C.G., 1991, p. 288.



CARLOS MANUEL VALENTIM

circunstâncias especiais e em casos limitados no tempo⁹⁸. No tocante à carta de mestre João, em particular, há que tomar na devida conta os dados astronómicos, náuticos, geográficos e técnicos de alto valor informativo. Saber navegar longe das costas, através dos regimentos de navegação, utilizando os astros de forma conveniente, explorando o uso dos instrumentos náuticos de observação, era tudo quanto se pedia, para aterrar em segurança nos portos desejados, alcançar com facilidade os locais de comércio mais apetecidos, possuir vantagem tecnológica, decisiva, numa época onde a via marítima era o meio mais económico e rápido de estabelecer comunicação. As informações que mestre João dá sobre novos instrumentos de navegação – na viagem testavam-se as “Távoas da Índia” (Kamal) –, o grau de latitude da “terra” austral (com um erro mínimo no seu valor), as estrelas do cruzeiro do sul, a forma como se observava o Sol, o valor do astrolábio e do quadrante, não seriam informações importantes consideradas estratégicas?

Atente-se no que Foucault nos revela sobre a “ordem do discurso”: “*Não nos iludamos; mesmo na ordem do discurso tornado verdadeiro, mesmo na ordem do discurso tornado público e liberto de qualquer ritual exercem-se ainda formas de apropriação de segredo e de não – permutabilidade.*”⁹⁹ Quer isto dizer que o “discurso” como prática social regulada, como sublinha Foucault, é útil ao poder/ poderes. Em resumo, a produção de um certo “discurso” sujeita-se a estar controlada e a ser seleccionada, organizada e orientada segundo um código de actuação. Na sociedade portuguesa de quinhentos os processos de produção e circulação do (s) “discurso (s)” não deviam diferir muito do que se foi processando, posteriormente, noutras tempos, noutras sociedades e noutras circunstâncias sociais.

Em 1500 procuravam-se novas soluções, novas respostas no

⁹⁸ CARMEN RADULET, *As Viagens de Diogo Cão: um problema ainda em aberto*, I.I.C.T. [Instituto de Investigação Científica Tropical], 1988, p. 107.

⁹⁹ Michel Foucault, *A Ordem do Discurso*, Lisboa, Relógio D' Água, 1997, p. 31.





campo da marinharia, para os problemas colocados à navegação no Atlântico sul. Desde meados da década de setenta do século XV que se procurava explorar com eficácia o oceano situado para lá do Golfo da Guiné. A linha equinocial, onde se faziam sentir as calmarias equatoriais, os temidos «doldrums», e grande nebulosidade com precipitação devido à convergência inter-tropical do Alísio sul (sueste) e do Alísio norte (nordeste), e as fortes correntes equatoriais, fora ultrapassada nessa década pelos navegadores ao serviço do mercador-cavaleiro de Lisboa Fernão Gomes. O descobrimento do oceano Atlântico, das suas terras e povos, só se tornou possível através do conhecimento empírico das correntes marítimas, dos regimes de vento e dos seus condicionalismos, com os quais se traçaram as rotas mais apropriadas, condição essencial a uma navegação feita com base na vela¹⁰⁰.

Seria necessário compor novos regimentos, tal como os que haviam sido concebidos anteriormente para as observações da Estrela Polar e do Sol. Para redigir novos documentos náuticos era forçoso que se observassem os astros a sul do equador, como se tornou manifesto a partir do último quartel do século XV. E quem melhor para fazer esse trabalho que um astrólogo, que gozasse de prestígio nos círculos da Corte? Num tempo em que quem “lia” o Zodíaco e consultava regularmente os astros para prever acontecimentos e curar doenças¹⁰¹, era quem estava melhor preparado para fazer observações astronómicas, úteis à náutica.

Os interesses comerciais misturavam-se com as estratégias polí-

¹⁰⁰ Vide A. TEIXEIRA DA MOTA, “As rotas marítimas portuguesas no Atlântico de meados do século XV ao penúltimo quartel do século XVI”, in *Do Tempo e da História*, Vol.III, 1970, p. 16.

¹⁰¹ Numa sociedade onde imperava o medo, a insegurança, a angústia muitas vivida no quotidiano, o astrólogo era, especialmente para as camadas mais elevadas da sociedade, um conselheiro valoroso, detendo um importante papel nas decisões e nas estratégias do jogo social. Vide FRANCISCO BETHENCOURT, “Astrologia e Sociedade no Século XVI: uma primeira abordagem”, in *Revista História Económica e Social*, Julho-Dezembro, 1981, n.º 8, p. 54.





CARLOS MANUEL VALENTIM

ticas, por parte daqueles que perseguiram a acumulação de fortuna e uma rápida ascensão social. A necessidade de se encontrar uma estrela no Atlântico sul, que prestasse o mesmo serviço da Polar no hemisfério norte, a todos interessava, incluindo o Rei e particulares. Mestre João de Paz e a sua família, que viam no comércio uma fonte de prosperidade, encontravam-se, certamente, entre os que se dispunham a auxiliar a Coroa, concorrendo com os seus préstimos. Coexistindo em torno do monarca grupos com diferentes visões da expansão portuguesa – um mais afecto a uma ideia imperial/territorial, outro mais virado para uma expansão mercantil e atlântica –, é bem possível que as observações astronómicas do astrólogo servissem muito mais esta última facção do que aquela. Até porque o “partido” liberal – mercantil tentava limitar a expansão no Índico à actividade comercial e marítima¹⁰². A armada de 1500 teria, assim, um duplo encargo: o reconhecimento do Atlântico sul e concluir no Oriente a missão diplomática e militar encetada por Vasco Gama¹⁰³.

Como foi referido em passo anterior, pensamos que as tarefas “do” mestre João que viajava na esquadra comandada por Pedro Álvares Cabral, não se resumiriam, tão-somente, à arte de navegar, muito menos aos cuidados de saúde a bordo, que costumavam ser resolvidos por indivíduos menos qualificados, como defende João Paulo Oliveira e Costa¹⁰⁴, em regra barbeiros que dominavam os simples processos de amputação e sangria dos doentes. Este autor, não deixa de questionar as funções do físico e cirurgião, obser-

¹⁰² Vide JOÃO PAULO OLIVEIRA E COSTA, VÍCTOR LUÍS GASPÁR RODRIGUES, *Portugal y Oriente: El Proyecto Indiano del Rey Juan*, Madrid, Editorial Mapfre, 1992, pp. 47-51.

¹⁰³ Cfr. MANUEL NUNES DIAS, “Descobrimento do Brasil. Tratados bilaterais e partilha do Mar Oceano”, *Studia*, n.º 25, Dezembro de 1968, pp. 7-29, p. 25. Este autor vai mais longe na análise da missão desta expedição, defendendo que teria um duplo encargo: reconhecimento do Atlântico brasileiro, para que viesse a servir como base de operações para a rota do Cabo e ulatimação dos contactos no Oriente, iniciados por Gama.

¹⁰⁴ JOÃO PAULO OLIVEIRA E COSTA, “A Armada de Pedro Álvares Cabral. Significado e Protagonistas”, in *Descobridores do Brasil. Exploradores do Atlântico e Construtores do Estado da Índia*, Coord. de [...], Lisboa, Sociedade Histórica da Independência, 2000, pp. 33-34.



vando que a sua presença nesta expedição é “estranha”¹⁰⁵. Tais dúvidas, entroncam no nosso modelo explicativo, que sugere terem sido as funções do médico “híbridas”, isto é, de carácter técnico e comercial; prestando em simultâneo serviço para a sua família, para o Duque de Bragança e para a Coroa.

As directivas elaboradas para a armada, acentuando o carácter político-militar da missão, não deixavam de dar especial atenção ao início das relações comerciais com Calecut, o porto do Malabar visitado cerca de dois anos antes pela pequena frota que abriu o caminho marítimo para o Índico. A acalorada discussão que se deve ter seguido, após a chegada de Vasco da Gama da Índia, quanto ao rumo político a tomar em relação ao Oriente, está expressa nos dois fragmentos do Regimento que foram elaborados para a expedição, e que permaneceram inéditos até aos nossos dias¹⁰⁶. A leitura do “fragmento 19” é conclusiva: a viagem à Índia (em 1500) é frontalmente um negócio¹⁰⁷, não estando excluídos, liminarmente, os factores religiosos e a razão de Estado.

Estariam mestre João e a sua família atraídos pelo novo comércio de especiarias, e ao lado dos que propugnavam uma expansão mais comercial do que territorial? Basta pensar, caso estejamos diante de mestre João de Paz, que a sua família se dedicava ao comércio, vivia do comércio, e tudo fez para controlar a maior parte, senão a totalidade, das alfândegas a norte de Lisboa, durante o primeiro quartel do século XVI¹⁰⁸.

¹⁰⁵ IDEM, *Ibidem*, p. 33.

¹⁰⁶ Foi Alexandre Lobato quem os revelou em comunicação à Classe de Letras da Academia das Ciências de Lisboa, a 24 de Outubro de 1968, aquando das comemorações do V Centenário do nascimento de Pedro Álvares Cabral. Vide ALEXANDRE LOBATO, “Dois Novos Fragmentos do Regimento de Cabral para a Viagem da Índia em 1500”, in *Studia*, n.º 25, Dezembro, 1968, pp. 31-50.

¹⁰⁷ IDEM, *ibidem*, p. 37.

¹⁰⁸ O seu irmão, Diogo de Paz, abastado mercador do Porto e Entre Douro e Minho; os seus sobrinhos, Francisco de Paz, escrivão da Fazenda do Porto, e António de Paz, mercador, arrendatário das alfândegas de Entre Douro e Minho; os seus filhos, Duarte de Paz



CARLOS MANUEL VALENTIM

Ir a Calecut assistir à fundação de uma feitoria, poderá querer dizer que mestre João também iria em busca de negócios, na perspectiva de dinamizar os projectos familiares. Aliás, das duas únicas pessoas que mestre João alude na carta, uma é o castelhano Sancho de Tovar, cujo piloto do navio que este comandava desce em terra na sua companhia, e do piloto do capitão-mor, para medir a latitude da nova terra encontrada; o outro indivíduo referido é Aires Correia, nomeado feitor da futura feitoria, que deveria permanecer em Calecut, com a missão de assegurar o abastecimento dos navios que aportassem naquele porto do Índico. O feitor até é o primeiro a ser nomeado, para lembrar ao Rei que muitos já haviam escrito sobre a forma como estava a decorrer a viagem, inclusive Aires Correa¹⁰⁹ (através do seu escrivão Pero Vaz de Caminha, que não é mencionado na carta).

A ter efectuado a viagem, mestre João de Paz chega a Lisboa em Junho de 1501. Com efeito, é só em 1501, em mês não especificado, que assina publicamente um contrato com sua irmã, Genebra¹¹⁰; e é só em 1501 que fica resolvido um diferendo que mantinha com um mercador de Vila Flor, por causa de umas dívidas. O devedor, alegando nada dever, declara a 18 de Outubro de 1501: [...] *porque depois ho dito Joham de Paaz tomara a demanda a ele sopricamte daby a dous annos peramte os juizes da ditta villa os ditos duzentos reaes.*¹¹¹ Aludia o mercador à contenda que era retomada. Por onde terá andado mestre João, para não cobrar as dívidas num espaço de dois anos,

e Diogo de Paz, são influentes funcionários da Fazenda régia, e investidores nos portos secos e molhados do Reino. A família Paz estruturava-se numa autêntica rede que cobria a Fazenda e o Desembargo régio. No Norte muitos dos negócios familiares encontravam-se ligados aos portos de Viana do castelo, Vila do Conde e Porto. Vide o nosso estudo já citado “Mestre João Faras – um sefardita ao serviço de D. Manuel I”, *passim*.

¹⁰⁹ Neste caso o seu escrivão: Pero Vaz de Caminha.

¹¹⁰ *Montarroiio Mascarenhas*, “Theatro Geneologico”, B.A. Códice 47-XIII-18, fl. 40 v.º.

¹¹¹ ANTT, *Chancelaria de D. Manuel*, Liv. º37 fl.49 v.º.



quando tinha de prestar contas à Coroa, como almoxarife, pelos arrendamentos que estavam a seu cargo?

Se admitirmos que mestre João de Paz partiu da região em fins de 1499 para aprontamento da sua missão a bordo da armada cabralina, somam-se aproximadamente dois anos. A fatia de tempo em que não se encontrou qualquer prova, até ao momento, de que estivesse no reino.

O professor Juan Gil reparou que a carta¹¹² de mestre João tem muitos termos exclusivos de Portugal, muitos títulos e fórmulas derivadas do português, visível no uso de vocábulos técnicos de marinharia ou em frases feitas¹¹³, que é explicável pela permanência do autor em Portugal, durante muitos anos. Algumas edições deste documento levaram um “verniz” luso na transcrição dos vocábulos, conclui aquele investigador¹¹⁴. Mas se houve um “verniz” luso em algumas das expressões, não é menos verdade que encontramos inconsistências nas transcrições¹¹⁵, e deparamo-nos com critérios de edição e publicação que não são uniformes. Alguns vocábulos não foram transcritos da forma mais acertada, tal como certas abreviaturas não foram desdobradas correctamente, nas edições que foram sendo publicadas, contribuindo desta feita para um “verniz” castelhano. Por exemplo, quando é transcrito, em desdobramento da abreviatura, “Johan” em vez de “Joham”¹¹⁶. Ou ainda quando se

¹¹² Redigida em letra cortesã que predominava em Castela, segundo FERNANDO LOURENÇO FERNANDES, “O Pau-Brasil e o Descobrimento”, in *A Viagem de Pedro Álvares Cabral e o Descobrimento do Brasil (1500 -1501)*, coordenador Max Justo Guedes, Podendo este facto reforçar a mais do que provável origem espanhola do autor, facto que carece no entanto de ser, em nosso entender, mais aprofundado.

¹¹³ JUAN GIL, “El Maestre...”, p. 290.

¹¹⁴ IDEM, *Ibidem*, loc. cit.

¹¹⁵ Confrontamos a transcrição feita por António Baião, inserta na Marinharia dos Descobrimientos de A. Fontoura da Costa e a que foi editada em *Os primeiros 14 documentos...* Em ambos os casos encontramos incongruências.

¹¹⁶ Nada nos impede de considerar o desdobramento da abreviatura em “Joham” e não “Johan”. Cfr. E. BORGES NUNES, *Abreviaturas Paleográficas Portuguesas*, 3.^a ed., Lisboa, Faculdade de Letras da Universidade de Lisboa, 1981, pp. 102-104.

CARLOS MANUEL VALENTIM

transcreve “medio” em lugar de “medjo”, e “magnifiesto” por “magnyfiesto”. Nas edições em confronto, o “i” foi sempre utilizado em detrimento do “j”, que aparece no original, e em muitos casos não se transcreveu o “y”¹¹⁷. Em nossa opinião, os erros nas transcrições do documento têm-se acumulado, sem uma edição crítica do mesmo.

Ainda segundo o Professor Gil, *maestre* Juan Faraz era um jovem em 1496. Quando teria vindo para Portugal, supondo que frequentou, obrigatoriamente, estudos em Salamanca, onde obteve o grau de bacharel? Desde já esclareçamos que João de Paz deveria ter uma idade que mediava entre os Faraz, pai e filho. O pai de Juan faleceu com idade avançada, por volta de 1522¹¹⁸. No que tange a mestre João, segundo o seu testamento, pereceu entre 1535 e 1540¹¹⁹.

Quem por cá vivia em 1500 há um bom punhado de anos era, na realidade, mestre João de Paz. Outro facto que salta à vista, denunciando um contacto muito estreito e familiar, de anos de anos a fio, do autor da “carta” com o meio náutico português, é, a nosso ver, a revelação de um mapa-múndi antigo para situar a descoberta da nova terra: “*Quanto, senhor, ao sítio desta terra, mande Vossa Alteza trazer um mapa-mundo que tem Pêro Vaz Bisagudo e por aí poderá ver Vossa Alteza o sítio desta terra; mas aquele mapa-mundo não certifica se esta terra é habitada ou não; é mapa antigo e ali achará Vossa Alteza também a Mina.*”¹²⁰ Uma revelação desta natureza seria só possível, cremos,

¹¹⁷ Vide a transcrição em anexo da carta, que elaboramos, tendo em conta estas inconsistências. No fundo, respeitamos rigorosamente o texto, sem nada lhe acrescentar, alterar ou suprimir, tal como indicam as normas em vigor para a transcrição e publicação de documentos. Vide PE. AVELINO DE JESUS DA COSTA, *Normas Gerais de Transcrição e Publicação de Documentos e Textos Medievais e Modernos*, 3.ª Ed., Coimbra, Faculdade de Letras da Universidade de Coimbra, 1993, p. 12 e ss.

¹¹⁸ JUAN GIL, “El Maestre...”, p. 295.

¹¹⁹ Tal como se percebe através de um breve que concede protecção à família de possíveis acusações da Inquisição. Em 1542 já era falecido. Veja-se *Corpo Diplomático Português*, Tomo V, 1868, p. 123. Cfr. ANSELMO BRAAMCAMP FREIRE, “Envenenado”, *Op. cit.*, p. 235.

¹²⁰ Na versão original: “[...] *quanto Señor al sytyo desta terra mande vossa alteza traer un napa-munji que tyene pêro vaaz bisagudo e por ay podrra ver vosa alteza el sytyo desta terra, en pero aquelel*



vinda de alguém que conhecia de perto os meandros das navegações portuguesas, por um convívio de anos a fio.

No texto da carta infere-se que o seu autor trabalhara amiúde na feitura de regimentos de navegação, nomeadamente no chamado “regimento do astrolábio”¹²¹, mais tarde publicado no *Regimento de Munique* (c.1508): “ [...] pelo que, segundo as regras do astrolábio, julgamos estar afastados da equinocial por 17 graus [...]”¹²²

Repare-se, há precisamente notícia de, em 1513, um astrólogo se deslocar a Lisboa para trabalhar nos Armazéns da Índia. O Rei manda publicar: “*emquanto nosa merce for e nos dele (nos) servirmos nesta cidade, ele tenha e aja de nos tença [...]*”¹²³ Este indivíduo não poderia ser Juan Faraz, que se sabe ter falecido antes de 1508 ao serviço do Rei de Portugal¹²⁴. O astrólogo em causa seria, tudo indica, mestre João de Paz, que descia do Norte para trabalhar em Lisboa.

Teria Faraz viajado na esquadra comandada por Pedro Álvares Cabral e naufragado num dos navios que desapareceram no cabo da Boa Esperança¹²⁵? Poderia até o converso sevilhano ter embarcado numa das armadas, posteriores a 1500, que começaram a demandar os mares orientais; ou então ter falecido de outra forma que não num naufrágio. Parece mais óbvio que o cristão-novo espanhol tenha morrido próximo de 1508, devido às alusões que são feitas

mapamunji non certifica esta terra ser babytada, o no: es napamundj antiguo e ally fallara vosa alteza escrita tan byen la mina [...].

¹²¹ Facto já ressaltado por JOSÉ MANUEL GARCIA, *Pedro Álvares Cabral e a primeira viagem...*, pp. 186-190.

¹²² Na linguagem original: “ [...] por lo qual segund las reglas del astrolábjo julgamos ser afastados de la equinocial por 17 grrados [...]”.

¹²³ ANTI, Chancelaria de D. Manuel I, Livro 15, fl. 172. Documento publicado por SOUSA VITERBO, *Op. cit.*, p.204.

¹²⁴ Cfr. JUAN GIL, “El Maestre...”, documentos I e III em apêndice, pp. 307-308.

¹²⁵ Henrique Lopes de Mendonça defende esta hipótese: “*La embarcado [mestre João] num dos navios pequenos, talvez algum dos que sossobraram mais tarde nas paragens do Cabo.*” Veja-se HENRIQUE LOPES DE MENDONÇA, “Do Restelo a Vera Cruz”, in *História da Colonização Portuguesa do Brasil*, Porto, Litografia Nacional, 1923, Vol. II, p.45.





CARLOS MANUEL VALENTIM

nos documentos à sua morte, ao serviço do rei de Portugal, quando uma das suas filhas se casa.

Uma outra conjectura a considerar, é ter *maestre* Juan Faraz e mestre João de Paz viajado juntos na armada comandada por Pedro Álvares Cabral, até porque D. Manuel quando escreve ao rei “Católico”¹²⁶, fala no plural, em observações astronómicas “*feitas pelos marinheiros*”, no Atlântico Sul. “*Esta terra aonde elles fundearam é situada além do trópico de cancro em XIII grãos; pois os marinheiros com seus quadrantes e astrolábios tomaram a altura, porque sempre navegam para aqueles mares com instrumentos astrológicos. [...] Toda a costa é mui bem povoada de gente não muito preta; é fértil, e abunda em fructos de toda a qualidade e em aguas. Pelas observações feitas pelos marinheiros, conheceu-se o Pólo Antártico, o Conopo e muitas figuras de estrellas: observações que elles me trouxeram: abi por dez noites continuas viram em direcção a África um grandíssimo cometa, e além d’isso viram à meia noite o arco Íris, o que para nós é coisa inaudita.*”¹²⁷

Seguindo a descrição de D. Manuel, é natural pensar-se que na armada seguia mais do que um astrólogo¹²⁸. Américo Vespúcio quis fazer passar ideia diferente em carta datada de 4 de Junho de 1501, escrita de Angra de Bezeguiche a Pier Francisco de Medicis: “[...] *prechè non fu essa frotta Cosmógrafo, nè Mattemático nessuno, che fu grande errore. Mas vi si diranno cosi discontortamente, como me la contarono, salavo quello io alcun tanto corretto colla cosmografia di Tolomeo.*”¹²⁹

¹²⁶ Numa carta cuja autenticidade tem sido discutida. Cfr. Considerações de JOSÉ MANUEL GARCIA, *Pedro Álvares Cabral e a primeira viagem...*, p. 328, e carta em português modernizado p. 330.

¹²⁷ PROSPERO PERAGALLO, *Carta de El-Rei D. Manuel ao Rei Catolico*, Lisboa, Typographia da Academia Real das Sciencias, 1892, pp. 9 e 11. Carta em português modernizado in JOSÉ MANUEL GARCIA, *Ibidem*, p.330.

¹²⁸ Opinião igualmente avançada por HENRIQUE LOPES DE MENDONÇA, *Op. cit.*, p. 155; e JOSÉ A. VALENTE, “Duas Páginas Para El-Rei – A Carta de Mestre João”, in *Revista Portuguesa de História*, Tomo XVII, Vol. II, 1977, pp. 5-77, p. 56.

¹²⁹ “Carta de Américo Vespúcio, escrita de Cabo Verde, a 4 de Junho de 1501, a Lourenço de Pier Francisco de Médicis”, in JAIME CORTESÃO, *A expedição de Pedro Álvares Caba-*





A informação de Vespúcio foi rebatida por vários autores, que provaram a sua deturpação no relato dos factos. O navegador italiano insere outros dados errados na correspondência para Itália, como seja a partida da frota, segundo ele no mês de Abril de 1499, o que não é certo, pois foi a 9 de Março de 1500¹³⁰.

Na chancelaria de D. Manuel I não se encontrou, curiosamente, nenhum registo ou referência a Juan Faraz, nem sequer à pensão que a família passou a auferir depois da sua morte. A situação de Faraz como “emigrante”, servidor de D. Manuel I, é ”estranha” e pouco clara. O problema da emigração dos conversos castelhanos está na ordem do dia nas relações políticas peninsulares na última década do século XV, e D. Manuel minimiza constantemente as reclamações espanholas. Só em aparência o monarca português cede, recusando-se a entrega-los à Inquisição castelhana, particularmente os fugitivos¹³¹, que encontravam refúgio em Portugal; não será este o caso de Juan Faraz, porque continua a pagar à Inquisição sevilhana um foro, em dinheiro, para poder continuar reintegrado na sociedade castelhana. Assim o faz em 1496, pagando 500 maravedis, apresentando-se em seu nome, como pagador, Pedro de Palma¹³², o que indicia estar ausente da Andaluzia. Estaria em Portugal? Pense-se na sua situação como súbdito de um ou do outro

ral... , p. 167. Tradução: *Viagens portuguesas à Índia (1497-1513)*. *Fontes italianas para a sua história*. Edição de Carmen M. Radulet e Luís Filipe F. R. Thomaz, Lisboa, CNCDP [Comissão Nacional para as Comemorações dos Descobrimientos Portugueses], 2002. Transcrição e apresentação de Carmen Radulet, Prefácio, tradução e notas de Luís Filipe F. R. Thomaz, pp. 237-346. “[...] *Pois não foi em essa frota cosmógrafo nem matemático algum, o que foi grande erro; mas dir-vos-ei assim descosidamente como ma contaram, salvo que a corrigi eu um tanto com a cosmografia de Tolemeu.*”

¹³⁰ Vide LUÍS FILIPE THOMAZ, nota 10 in *Viagens portuguesas à Índia (1497-1513)*. *Fontes italianas...* p.329.

¹³¹ I. S. Révah desenvolve este tema. Vide « Les Marranes Portugais et l’Inquisition au XVIe siècle », *Études Portugaises*, publiées par les Soins De Charles Amiel, Paris, F.C.G.[Fundação Calouste Gulbenkian], C.C.P.[Centre Culturel Portugais], 1977, p. 192.

¹³² Vide JUAN GIL, “El Maestre...”, pp. 292-293.





CARLOS MANUEL VALENTIM

lado da fronteira. Tinha o pai e o resto da família em Sevilha, qual seria a sua mobilidade? Como se deslocava? Onde permanecia? Não nos parece muito lógico que tenha vindo para Portugal a tempo inteiro, deixando parte da sua família em Sevilha, situação que não era muito comum entre as famílias conversas que aqui procuravam refúgio.

Voltemos à questão inicial. Quem é o autor de uma pequena carta sobre assuntos de navegação endereçada em 1500 do Atlântico sul a D. Manuel I? Foi *maestre* Juan Faraz? Ou mestre João de Paz? Quem era *maestre* Joan Faras? Seria *maestre* Juan Faraz? Os novos dados colocados em relevo pelo Professor Juan Gil permitem-nos fazer uma leitura a três níveis. De um lado, supor que Juan Faraz é o autor da tradução do «Situ Orbis» de Pompónio Mela, viajou na armada que partiu do Restelo em Março de 1500 e foi o autor duma carta para o Rei sobre assuntos cosmográficos, viajando em companhia de outros astrólogos, entre os quais, muito possivelmente, mestre João de Paz; do outro, presumir que a autoria da carta seja de mestre João, astrólogo, mercador e almoxarife das alfândegas do Entre Douro e Minho, também ele cristão-novo de origem castelhana, também ele físico e cirurgião de D. Manuel, que escolhera Portugal para residir, não se rejeitando por inteiro a possibilidade de Juan Faraz ter viajado na esquadra que descobriu o Brasil; por último, supor que *maestre* Joan Faras nada tem a ver com *maestre* Juan Faraz, podendo tratar-se, eventualmente, do antigo nome de mestre João de Paz. Mas também aqui não há prova concludente e irrefutável, sendo incontestável, isso sim, através da leitura dos registos da documentação, que mestre João de Paz, tal como *maestre* Juan Faraz, eram sefarditas de origem castelhana, estavam próximo dos círculos da Corte portuguesa e da alta nobreza cortesã – no seio de uma teia clientelar na qual estavam inseridas as suas famílias –, e que estiveram ao serviço de D. Manuel I e das navegações portuguesas na viragem do século XV para o século XVI.



APENDICE DOCUMENTAL

Nota Prévia

Na transcrição diplomática dos documentos que se seguem, tivemos sempre presente a preservação do sentido e da forma inicial dos manuscritos, não acrescentando nenhuma palavra ao vocabulário utilizado nos textos. Dessa forma, alterou-se a sua pontuação em determinados casos para facilitar a leitura dos documentos e dar sentido às orações. Procedeu-se à separação e reunião de palavras e partes de palavra de acordo com o uso moderno, actualizando-se o uso de minúsculas e maiúsculas. Desenvolveram-se abreviaturas e respeitou-se o texto original quanto ao uso indiscriminado do “c” sem cedilha. Utilizou-se “sic” entre parêntesis, para assinalar os erros do texto. Transcrição do documento em linha contínua, indicando a mudança de fólio dentro de parêntesis rectos.

1500- Maio – 1, Porto Seguro

Carta enviada por mestre João a D. Manuel de Porto Seguro
ANTI, Corpo cronológico, ParteII, maço II, n.º 2.

Observações: editada, pela primeira vez, por A.F. Varnhagen Rio de Janeiro 1845, A. Fontoura da Costa, A Marinharia dos Descobrimentos, Lisboa 1983 J.Silva Marques, Os descobrimentos Portugueses, Lisboa 1988 in J. Barradas de carvalho. La traduction... Lisboa 1974, José Manuel Garcia, As Viagens de Descobrimento, Lisboa sdt. [1983?], Os Primeiros 14 Documentos relativos à Viagem de Cabral, Lisboa, 2000.

O documento que se segue é uma a leitura paleográfica, feita pelo próprio autor do estudo.



CARLOS MANUEL VALENTIM

Senhor

O bacherel mestre Joham fisico e çirurgyano de Vosa Alteza beso vosas rreales manos. Senhor porque de todo lo aca pasado largamente escrivyeron a Vosa Alteza asy Arias Correa como todos los otros solamente escrevyre dos puntos.

Senhor ayer segunda feria que fueron 27 de Abril desçendjmos en terra yo e el pyloto de capytan moor e el pyloto de Sancho de Tovar e tomamos el altura del sol al medjo dja e fallamos (sic) 56 grrados e la sonbrra era septentrional por lo qual segundo las rreglas del estrolabio jugamos ser afastados de la equinoçial por 17 grrados e por consyguente tener el altura del polo antartico en 17 grrados, segund que es magnyfiesto en el espera e esto es quanto a lo uno por lo qual sabrra Vosa Alteza que todos los pylotos van adjante de my en tanto que Pero Escolar va adjante 150 leguas e otros mas e otros menos pero quien dise la verdad non se puede certyficar fasta que en boa ora allegemos al cabo de Boa Esperança e ally sabrremos quien va mas certo ellos com la carta o yo con la carta e con el estrolabio.

Quanto senhor al sytyo desta terra mande Vosa Alteza traer un mapamundj que tyene Pero Vaaz Bisagudo e por ay podrra ver Vosa Alteza el sytyo desta terra en pero aquel napamundj (sic) nom certyfica esta terra ser habytada o no, es napamundj antiguo e ally fallera Vosa Alteza escrita tan byen la Myna. Ayer casy entendjmos por aseños que esta era ysla e que eran quatro e que de outra ysla vyenen aqui almadjas a pelear con ellos e los leuan catyuos.

Quanto senhor al otro punto sabrra Vosa Alteza que cerca de las estrellas yo he trabajado algo delo que he podjdo pero non mucho a cabsa de una pyerna que tengo muy mala que de una cosa-dura se me ha fecho una chaga mayor que la palma de la mano, e tan byen a cabsa de este navyo ser mucho pequeno e muy cargado que non ay lugar para cosa nynguna solamente mando a Vosa Alteza como estan situadas las estrellas del, pero en que ggrado esta cada una non lo he podjdo saber, antes me paresçe ser jnposible en la mar tomar-se altura de nynguna estrella porque yo tabaje mucho en eso e



por poco que el navjo enbalance se yerran quatro o cinco grrados de guysa que se non puede fazer synon en terra//[fólio 1 vº] e outro tanto casy digo da las tablas de la Jndia que se non pueden tomar con elas synon com muj mucho trbajo, que sy Vossa Alteza supyese como desconçertavam todos en las pulgadas rreyrya dello mas que del astrolabjo porque desde Ljsboa ate as Canarjas(sic) unos de otros desconçertauam en muchas pulgadas que unos desyam mas que otros tres e quatro pulgadas, e outro tanto desde las Canarias ate as yslas se Cabo Verde, e esto rresguardando todos que el tomar fuese a una mjsam ora de gujsa que mas jusgauan quantas pulgadas eram por la quantitydade del camjno que les paresia que avyam andado que non el camjno por las pulgadas. Tornando Señor al proposito estas guardas nunca se esconden*antes syenpre andan en derredor sobre el orizonte, e aun esto dudoso que non se qual de aquellas dos mas baxas se a el polo antartyco e estas estrellas prinçipalmente las de la crus son grrandes casy como las del carro e la estrella del polo antartyco o sul es pequena como la del norte e muy clara, e la estrella que esta en rriba de toda la crus es mucho pequena. Non quiero mas alargar por no ynportunar a Vosa Alteza, salvo que quedo rrogando a nosso Señor Jesu Christo la la(sic) vyda e estado de Vosa Alteza acresçente como Vosa Alteza desea.

Fecha en Uera Crus a primeiro de Majo de 500. Pera la mar mejor es rregyr-se por el altura del sol que non por njnguna estrella e mejor con astrolabjo que non con quadrante njn com outro njngun instrumento.

Do criado de Vosa Alteza e voso leal servidor
Johannus artium e medicine bacharelius

No verso: a el rey nosso señor; do mestre Joham que vay a Callectut

* Na margem esquerda da carta encontra-se uma representação do Cruzeiro do Sul com as designações: «las guardias», «la bosya», «el polo antartyco»

